



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

Nº 132

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 27 DE NOVEMBRO DE 2006

ANO XXXI

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PMDB

ELIO RUSCH

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PMRB

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo Dobrandino da Silva
Líder da Oposição Valdir Rossoni
PFL Plauto Miró Guimarães
PSDB Nelson Garcia
PMDB Antonio Anibelli
PT Ângelo Vanhoni
PDT Luiz Carlos Martins
PPS Waldir Leite
Bloco Parlamentar PTB/PL/PRB Jocelito Canto
Bloco Parlamentar PP/PSB Cida Borghetti

Representação Partidária

PMDB - 14: Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Caíto Quintana - Cleiton Kielse - Dobrandino da Silva - Edson Strapasson - Elza Correia - Geraldo Cartário - José Maria Ferreira - Mauro Moraes - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PDT** - 05: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Luiz Carlos Martins - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PP** - 02: Cida Borghetti - Duílio Genari; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 02: Carlos Simões - Jocelito Canto; **PL** - 01: Chico Noroeste; **PRB** - 01: Pastor Edson Praczyk

SUMÁRIO

DIÁRIO Nº 132

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

SUMÁRIO

Mesa Executiva 02

Presenças 02

Abertura da Sessão 03

Expediente:

Mensagens 03

Telegramas 05

Ofícios..... 05

Requerimentos 05

Projetos de Lei 13

Pequeno Expediente:

Dep. Barbosa Neto 16

Dep. José Domingos Scarpellini 16

Dep. Elza Correia..... 17

Horário das Lideranças:

Liderança do PT

Dep. André Vargas 18

Ordem do Dia:

Leitura do Expediente 18

Discussão / Votação:

2ª Discussão (Votação em)..... 19

Redação Final 19

2ª Discussão 20

1ª Discussão 20

Discussão Única (Proposições)..37

Discussão Única (Indicações)....44

Requerimentos 44

Encerramento da Sessão45

Publicações:

Atas de Comissões

CPI Grampos Telefônicos.....45

Redação45

Diretoria Geral

Portaria DAT47

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão47

DIÁRIO Nº 132

109ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA

15ª LEGISLATURA

ATA DA 109ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM

27 DE NOVEMBRO DE 2006

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pelo Sr. Deputado Carlos Simões pela Sra. Deputada Luciana Rafagnin.

Presenças:

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Pastor Edson Praczyk, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Edson Strapasson, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Marcos Isfer, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gáúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite (43).

Ausentes os Srs. Deputados: Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Luiz Accorsi, Luiz Nishimori, Mauro Moraes e Miltinho Pupio (07).

Em viagem representativa os Srs. Deputados: Hermes Fonseca e Vanderlei Iensen (02).

Em licença médica os Srs. Deputados: Caíto Quintana e Luiz Fernandes da Silva Litro (02).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a Sessão.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada conforme parágrafo 1º do artigo 88, do Regimento Interno.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

Expediente:

Mensagens

MENSAGEM Nº 066/06

Curitiba, 20 de novembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que altera dispositivos da vigente Lei Orgânica do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA (Lei nº 14.260/03) e aprova tabela de valores venais para cálculo do referido imposto referente a 2007.

O plano de lei ora proposto consubstancia o resultado de estudos realizados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os que me foram apresentados pelo Tribunal daquela Pasta, por intermédio do Ofício sob nº 338/2006/Sefa (Prot. nº 9.214.024-5/06), contendo a adiante transcrita justificativa, artigo por artigo, onde estão demonstrados, com o necessário detalhamento, os aspectos de conveniência e oportunidade de que se reveste a medida:

“Art. 12, parágrafo 4º:

Dispositivo alterado para refletir a real operacionalização do parcelamento nos sistemas da Sefa/PR;

Redação anterior à proposta:

(§ 4º - *Acarretará rescisão do parcelamento a falta de pagamento integral de três parcelas ou o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela*).

Art. 14, V:

Tal isenção existe para facilitar a locomoção de deficientes físicos.

A nova limitação por potência e unidade visa estender tal benefício a um número maior de deficientes

sem que haja excessiva oneração do erário público, uma vez que evita a concentração de benefícios para os mesmos contribuintes.

Além disso, pretende harmonizar os regramentos legais do IPVA com o ICMS.

Observe-se que as isenções anteriores serão mantidas;

Redação anterior à proposta:

(V - *de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas*).

Art. 14, V, “c”:

Possibilita que tanto o deficiente quanto seu representante legal adquira veículo com isenção do IPVA.

Redação anterior à proposta:

(c) *o veículo automotor deverá ser adquirido diretamente pelo portador da deficiência física e, no caso dos interditos, pelos curadores*);

Art. 19. Remissão de créditos menores que R\$ 50,00 (cinquenta reais) independentemente de inscrição em dívida ativa ou de seus ajuizamentos.

Objetiva reduzir os custos de manutenção de dados nos Sistemas da Sefa/PR, eliminando valores relativamente baixos e de difícil cobrança;

Redação anterior à proposta:

(Art. 19. *Fica o Secretário da Fazenda autorizado a cancelar créditos tributários relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 30,00 (trinta reais)*).

Art. 22. Altera dispositivo que anualmente prevê a aprovação da tabela de valores venais para cálculo do IPVA, cabendo lembrar que mencionada tabela:

- já possui credibilidade perante os contribuintes paranaenses, posto que é adotada desde 2004 sendo elaborada totalmente pela Fipe-SP (entidade especializada, isenta e imparcial relativamente à área tributária/fiscal) e aceita em âmbito nacional inclusive para fins de pagamento de seguros de veículos;

- reflete simplesmente os valores médios de mercado paranaense pesquisado pela Fipe-SP, posto que a Sefa/PR não se envolve com os valores ali lançados;

Redação anterior à proposta:

(Art. 22 - *Fica aprovada, nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2006, que constitui o Anexo Único desta Lei*).

Art. 2º Dispensa de pagamento dos créditos tributários relativos aos veículos leiloados pelo Detran-PR na condição de sucata.

Considerando-se:

- a solicitação pelo Detran-PR da existência de lei que dispense os débitos de IPVA de veículos leiloados por aquele órgão;

- a difícil recuperação dos valores relativos ao IPVA dos veículos que foram ou irão a leilão pelo Detran;

- que os veículos não mais estarão em circulação, posto o sucateamento dos mesmos;
- os valores relativamente diminutos do IPVA vinculados aos mencionados veículos (com fulcro no artigo 172, III do Código Tributário Nacional);
- já vigorou lei anterior, dispensando tais créditos (Lei nº 14.553/04 - para leilões realizados até 31/12/04).

Objetiva:

- a eliminação dos custos e da burocracia para se efetuar a cobrança do tributo;
- facilitar a operacionalização dos respectivos leilões no que tange à venda (inexistência de débitos anteriores) e à logística dos veículos depositados no pátio do Detran-PR.”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º A Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 12 ...

§ 4º Acarretará rescisão do parcelamento o decurso do prazo de três meses sem o pagamento integral de uma parcela.

....

Art. 14 ...

V - de propriedade, ou cuja posse seja decorrente de contrato de arrendamento mercantil, de pessoas portadoras de deficiência física, visual, mental severa ou profunda, ou autistas, equipados com motores de potências não superiores a 125 CV, limitando-se tais isenções a um veículo por contribuinte, sem prejuízo das isenções já concedidas;

...

c) o veículo automotor será adquirido ou arrendado em nome do portador da deficiência ou de seu representante legal e, no caso dos interditos, pelos curadores;

...

Art. 19. Fica o Secretário da Fazenda autorizado, mediante ato administrativo, a reemitir créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao IPVA cujo montante atualizado seja igual ou inferior a R\$ 50,00 (cinquenta reais).

...

Art. 22. Fica aprovada nos termos do inciso VI do artigo 3º, a tabela de valores venais para cálculo do IPVA do exercício de 2007, que constitui o Anexo Único desta lei.”

Art. 2º Ficam dispensados de pagamento os créditos tributários, ajuizados ou não, relativos ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, dos veículos baixados até 31 de dezembro de 2007, e lei-

loados pelo Departamento de Trânsito do Paraná - Detran-PR, na condição de sucata.

§ 1º O disposto neste artigo não autoriza a restituição ou compensação de valores já recolhidos.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 067/06

Curitiba, 22 de novembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de, nos termos do artigo 66, inciso I e IV, da Constituição Estadual, encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva criar, na estrutura básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança, bem como adotar outras providências a seguir enumeradas.

A criação da Secretaria de Estado da Criança é um significativo passo no sentido de instrumentalizar a estrutura básica do Estado de órgão, a nível secretarial, plenamente capaz de desempenhar ações públicas voltadas ao integral atendimento da criança, fato este que, sem a menor dúvida, atende aos superiores interesses públicos, tendo em vista que tais atividades ficarão desprendidas da atual Secretaria e Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social e darão trato muito especial aos assuntos voltados ao bem-estar da criança.

A estrutura interna da Secretaria de Estado cuja criação é proposta, será definida por decreto governamental, conforme prevê o artigo VI, da Constituição Estadual.

Para a implantação da Secretaria de Estado da Criança, é proposta a criação do respectivo cargo de Secretário de Estado Titular da Pasta.

Por outro lado, utilizando-se desta oportunidade, é proposta, também, a criação de um cargo de provimento em comissão de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, com a simbologia AE-1, considerado compatível com as funções de quem ocupá-lo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º Fica criado, na estrutura organizacional básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança - SECR.

§ 1º À Secretaria de Estado de que trata este artigo compete a organização, desenvolvimento, promoção e coordenação de atividades públicas ligadas ao bem-estar da criança.

§ 2º A estrutura orgânica interna da Secretaria de Estado da Criança e respectivas atribuições serão definidas através de decreto do Chefe do Poder Executivo.

§ 3º A estrutura e atribuições da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social serão, no que couber, redefinidas por decreto do Governo do Estado.

Art. 2º Ficam criados os seguintes cargos de provimento em comissão:

01 (um) cargo de Secretário de Estado da Criança; e

01 (um) cargo de Diretor-Presidente da Rádio e Televisão Educativa do Paraná, símbolo AE-1.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Telegramas

Do Ministério da Saúde, informando liberação de recursos financeiros do Fundo Nacional de Saúde para o Instituto de Saúde do Paraná, conforme segue abaixo:

- Nº 11092950/MS/SE/FNS - valor de R\$ 30.100.766,52 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.

- Nº 11092951/MS/SE/FNS - valor de R\$ 501.471,98 - pagamento de gestão plena de sistema estadual.

- Nº 11092952/MS/SE/FNS - valor de R\$ 403.228,00 - pagamento de triagem neo-natal

- Nº 11092953/MS/SE/FNS - valor de R\$ 165.759,00 - pagamento de leucemia mieloide.

- Nº 11092954/MS/SE/FNS - valor de R\$ 102.359,27 - pagamento de acompanhamento pós-transplante.

- Nº 11092955/MS/SE/FNS - valor de R\$ 270.246,85 - pagamento de acompanhamento de saúde mental.

- Nº 11092956/MS/SE/FNS - valor de R\$ 2.487.142,76 - pagamento de acompanhamento de paciente.

- Nº 11092957/MS/SE/FNS - valor de R\$ 629,79 - pagamento de queimados.

- Nº 11092958/MS/SE/FNS - valor de R\$ 336.651,85 - pagamento de neurocirurgia.

- Nº 11092959/MS/SE/FNS - valor de R\$ 155.879,33 - pagamento de gastroplastia.

- Nº 11092960/MS/SE/FNS - valor de R\$ 91.163,90 - pagamento de angioplastia endovascular.

- Nº 11092961/MS/SE/FNS - valor de R\$ 76.000,00 - pagamento de incentivo para capacitação da utilização do Sinan NET.

Ao conhecimento da Casa.

Ofícios

Sob o nº CTL/CC 316/06, do Sr. Governador do Estado, comunicando haver SANCIONADO o Projeto de Lei nº 495/06, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, que dá nova redação ao parágrafo 1º, do artigo 2º, da Lei nº 15.290, de 22 de setembro de 2006, o qual convertido em lei tomou o nº 15.311. **Anote-se - Arquite-se.**

Sob o nº CEE/CC 2263/06, do Sr. Rafael Iatauro - Chefe da Casa Civil do Estado, em resposta ao pedido de informações, requerido pelo Deputado Plauto Miró Guimarães, que pede esclarecimentos a respeito de pensão recebida pela Sra. Eurídice Camargo de Mello. **Ao Conhecimento do Sr. Deputado Interessado.**

Sob o nº DAF-C/608-2006, do Sr. Aloísio Xavier Lopes, Diretor Técnico-Comercial da Compagas, apresentando Declaração de Bens e Direitos que constituem seu patrimônio. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº DAF-C/609-2006, do Sr. Cláudio J. A. Camargos, Diretor de Administração e Finanças da Compagas, apresentando Declaração de Bens e Direitos que constituem seu patrimônio. **Ao conhecimento da Casa.**

OFÍCIO S/Nº

Curitiba, 27 de novembro de 2006.

Senhor Presidente:

Pelo presente, vimos requerer a V. Exa., a utilização do horário do Grande Expediente, na Sessão Plenária do dia 28 de novembro próximo, por parte da jornalista Aniela Almeida, MD. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para discorrer sobre liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, que retira a obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista.

(aa) NATÁLIO STICA, ANTONIO ANIBELLI, DOBRANDINO DA SILVA, DUÍLIO GENARI, HERMAS BRANDÃO, ARTAGÃO JÚNIOR, BARBOSA NETO, ANDRÉ VARGAS, PEDRO IVO ILKIV e ALEXANDRE CURI.

Requerimentos

REQUERIMENTO Nº 2543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e aprovado pelo mesmo, seja colocado em regime de urgência a votação do Projeto de Lei nº 506/06, que declara de Utilidade Pública a Fundação de Apoio ao Desenvolvimento Educacional do Noroeste do Paraná - Fadenpar, com sede e foro no município de Loanda.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário e aprovado pelo mesmo, seja colocado em regime de urgência a votação do Projeto de Lei nº 505/06, que declara de Utilidade Pública a Comunidade Católica Emanuel.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ ACCORSI

REQUERIMENTO Nº 2562

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja concedido o regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 380/06, de autoria do ilustre Parlamenntar Geraldo Cartário.

O presente projeto de lei trata de ser dada autorização para a construção da Usina Termelétrica no município de Agudos do Sul.

Justifica o pedido pois o projeto de lei em apreço está parado na Comissão de Constituição e Justiça desta Casa, desde o dia 02/08/06, aguardando o parecer do Relator Ademar Traiano.

A Usina Termelétrica de Agudos do Sul, será movida por combustíveis como serragens e aparas de madeira, tendo uma capacidade de produção de 12,5 MW, portanto, sendo considerada como de suma importância para o nosso Estado.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 2577

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 542/06, que altera o anexo I, da Lei nº 14.825, de 12 de setembro de 2005, Regime T-40, professor auxiliar A do Ensino Superior, de autoria deste Parlamentar, apresentado na Sessão Plenária do dia 21 do mês corrente.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a votação em bloco dos itens 21 ao 25 da Ordem do Dia.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

REQUERIMENTO Nº 2564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia da Proposição nº 072/06, item 24, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 2567

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia dos Projetos de Lei nºs 558/05 e 072/06, item 14, por 05 (cinco) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ADEMAR TRAIANO

REQUERIMENTO Nº 2580

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a retirada da Ordem do Dia do Projeto de Resolução nº 006/05, item 20, por 03 (três) Sessões.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Apoioamento:

Valdir Rossoni.

REQUERIMENTO Nº 2583

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja procedido convite a comparecer a esta Casa de Leis, o Presidente do Tribunal de Contas, Dr. Heinz Georg Herwig, para que esclareça dúvidas relativas a prestação de contas do Governo do Estado no exercício financeiro de 2002.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

REQUERIMENTO Nº 2561

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de pesar à Federação das APAEs do Paraná, em razão do falecimento do Presidente daquela organização há três mandatos, Sr. Emílio Mudrey.

O Sr. Emílio Mudrey foi vítima de acidente automobilístico ocorrido em 20 de novembro, deixando consternados todos aqueles que acompanham o trabalho das APAEs e a luta daquele líder que, sem dúvida, deixou muita saudade.

No Movimento Apaeano sua caminhada era de mais de 33 anos, sempre como voluntário. Foi Presidente da APAE Cascavel no período de 1974 a 1979. Incentivou a criação de APAEs em diversos municípios do Oeste do Estado do Paraná e outros tantos na região do Centro-

Oeste, totalizando trinta entidades. Era o atual Presidente da APAE de Guarapuava.

As concolências desta Assembléia a todas as APAEs do Paraná e aos familiares do Sr. Emílio Mudrey, a esposa Elcy Therezinha Mudrey e os filhos Emilce Rosane e Jean Erlon.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2548

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Itambé, instalado no dia 30 de novembro de 1961 pela Lei Estadual nº 4245/60 e desmembrado de Marialva, Bom Sucesso e São Pedro do Ivaí.

Através do Prefeito Municipal João Cabrera, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2552

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa votos de congratulações ao município de Presidente Castelo Branco, instalado no dia 29 de novembro de 1965 pela Lei Estadual nº 4992/64 e desmembrado de Mandaguari.

Através do Prefeito Municipal Valdomiro Caneungundes de Souza, cumprimenta todos os moradores do Município.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2553

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de Porto Vitória, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro de 2006, de seus 42 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Kurt Nielsen Júnior, Prefeito Municipal, a Vice-Prefeita Sra. Almiraci Ignês Rauber, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Porto Vitória.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Congratulamo-nos, através desta proposição, com as autoridades constituídas e o povo em geral, pelo trans-

curso dos 42 anos de emancipação política do Município de Porto Vitória.

As conquistas alcançadas pelo Município em parceria com o Governo Estadual veio trazer grandes benefícios para a região, através de um trabalho sério e honesto.

O Município de Porto Vitória serve de elemento catalizador da ação da comunidade rural e de ligação entre a liderança rural e os organismos públicos. O Prefeito e Vereadores, por sentirem de perto as aspirações da gente do campo, serão capazes, no exercício de seu papel de agentes políticos, de conduzir esforços e reivindicações, mediante contatos com autoridades federais e estaduais.

O Prefeito ou o Vereador - representa a via de acesso mais eficaz para a condução dos problemas rurais a outros níveis de governo, pois dispõe de um potencial de atendimento das necessidades que poderá ser induzido por intermédio do relacionamento formal e informal das autoridades municipais.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Parlamentar, associa-se às manifestações de júbilo da população de Porto Vitória, no transcurso do 42º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2554

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de congratulações e aplausos ao município de São Jorge do Ivaí, pela passagem, no próximo dia 08 de dezembro de 2006, de seus 51 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Milton Muzulon, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Baltazar Bravo Coco, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de São Jorge do Ivaí.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Somamo-nos a alegria de toda a população de São Jorge do Ivaí que estará, no próximo dia 08 de dezembro do corrente ano, comemorando a passagem do seu 51º aniversário de emancipação política.

Pois, é muito importante reconhecer e homenagear as pessoas que contribuíram e continuam contribuindo para o desenvolvimento de toda a região. Isto é o que vem acontecendo em São Jorge do Ivaí.

Temos certeza que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores querem oferecer qualidade de vida para a população e, assim sendo, não poupam esforços com um trabalho diuturno em favor de todos.

Cristo é o modelo que nos há de servir de guia. Como Deus - é onisciente nos seus conselhos, como

homem é o exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir, pois é indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes.

Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito.

Um povo não se faz admirar apenas pela sua força bruta, mas sobretudo pelas criações do espírito.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se às justas homenagens a toda a população de São Jorge do Ivaí, na significativa data da comemoração do 51º aniversário de sua emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2555

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Paula Freitas, pela passagem de seus 42 anos de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro de 2006.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sr. Paulo Henrique Matos de Almeida, Prefeito Municipal, ao Vice-Prefeito Sr. Mauro Feliz dos Santos, bem como a todos os Srs. Vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Paula Freitas.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando da alegria de toda a população de Paula Freitas, pela comemoração do 42º aniversário de emancipação política, no próximo dia 08 de dezembro, transmitimos nossos cumprimentos a todos com votos de sucesso.

Pois, é muito importante reconhecer e homenagear as pessoas que contribuíram em continuam contribuindo para o desenvolvimento de toda a região.

Temos certeza que o Sr. Prefeito, o Vice-Prefeito e os Vereadores querem oferecer melhor qualidade de vida para a população e, assim sendo, não medem esforços com o trabalho diuturno em favor de sua gente.

Cristo é o modelo que nos dá de servir de guia. Como - Deus - é onisciente nos seus conselhos, como homem, é o exemplo seguro a nos mostrar o caminho que devemos seguir, pois é indeclinável dever honrar aqueles que por seus méritos fazem jus a admiração e a gratidão de seus semelhantes.

Não só de pão material vive o homem, mas por igual do pão e do espírito. Um povo não se faz admirar apenas pela sua força bruta, mas sobretudo pelas criações do espírito.

O Poder Legislativo do Paraná, através deste Parlamentar, congratula-se com a população de Paula Freitas

na significativa data comemorativa aos 42 anos de emancipação política.

REQUERIMENTO Nº 2558

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao Clube Atlético Patobranquense - Pato Branco/Fadep/Sicredi pela conquista do Título Campeão Paranaense de Futsal - Chave Ouro - 2006, realizado no último sábado dia 25 de novembro, o Ginásio Dolivar Lavarda, em Pato Branco.

Do aprovado requer ainda, que do presente se dê ciência ao Clube Atlético Patobranquense - Pato Branco/Fadep/Sicredi em nome de seu Presidente Sr. Valentin Martignoni e do Diretor de Futsal Sr. Eliseu Bertelli, aos atletas e à Comissão Técnica no endereço: Rua Benjamin Borges dos Santos, 21 Bairro Fraron - CEP 85.503-350 - Pato Branco - Paraná.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

JUSTIFICATIVA:

O Clube Atlético Patobranquense - Pato Branco/Fadep/Sicredi conquistou no último sábado dia 25 de novembro de 2006, no Ginásio Dolivar Lavarda, em Pato Branco, o título de Campeão Paranaense de Futsal - Chave Ouro 2006.

A equipe do Pato Branco garantiu o título Paranaense na decisão contra o Umuarama em 3x3, numa partida emocionante com o ginásio lotado e os ingressos esgotados. Os patobranquenses e sudoestinos viveram intensamente essa decisão do Campeonato Paranaense da Divisão Especial.

Queremos com o presente parabenizar especialmente toda a equipe do Clube Atlético Patobranquense - Pato Branco/Fadep/Sicredi, em nome de seu Presidente Sr. Valentin Martignoni e do Diretor de Futsal Sr. Eliseu Bertelli, e aos atletas Paulo César Ribeiro - "Lodo"; Rafael da Rosa "Catata"; Douglas Cezar Tessaro "Tessaro"; Leonardo da Silva Coimbra "Leo"; Luiz Sergio Lavarda "Lavardinha"; Alexandro de Jesus "Alex Maranhão"; Alex Sandro Prates "Alex Gaúcho"; Marcelo Serrão Rocha "Serrão"; Fernando Martins de Souza "Fernandinho"; Jhonathan Roberto Foss; Carlos Francisco Onofre "Alemão"; Eder José Cavanhi "Eder"; Vanderson Ronsoni "Vando"; Luciano Marques de Souza e Genésio Schause, como a Comissão Técnica - Treinador Sérgio Lacerda, o preparador físico Marlon Batistti e supervisores Cláudio Mezzomo, Olímpio Ferri e Rubens dos Santos, pela excelente campanha na conquista de tão merecido e importante título.

REQUERIMENTO Nº 2559

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à nova Diretoria da Seccional do Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil, com votos de sucesso nessa nova etapa de trabalho.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2560

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja enviado voto de congratulações à Subseção de Maringá da Ordem dos Advogados do Brasil, em razão da eleição da nova Diretoria presidida por César Augusto Moreno e no cargo de Vice-Presidente a advogada Sônia Regina Vieira Khoury.

A subseção de Maringá é composta também pelos municípios de Astorga, Cafeara, Doutor Camargo, Floresta, Guaraci, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba, Lupionópolis, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Munhoz de Mello, Nossa Senhora das Graças, Paçandu, Santa Fé e Sarandi.

Os votos desta Assembléia Legislativa são de muito sucesso para todos os integrantes da chapa vencedora, honrando a nobre classe representada.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 2563

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que seja registrado nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações e aplausos ao Dr. Alberto de Paula Machado, e seus companheiros da Chapa XI de Agosto, efeitos para diretoria da OAB do Paraná, ocorrido no último dia 22 do corrente mês.

Requer outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Dr. Alberto de Paula Machado, solicitando que transmita a todos os seus companheiros de diretoria.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

É indeclinável dever, honrar aqueles que por seus méritos fazem jus à admiração e a gratidão de seus semelhantes. Quanto mais se trata de alguém que por esforços tudo tem feito pela organização desta sociedade da qual é membro eminente.

Bem inspirados andaram os senhores e senhoras advogados do Paraná, ao elegerem a Chapa XI de agosto para administrar os destinos da OAB do nosso Estado.

Na seqüência dos anos tivemos a oportunidade de constatar pessoalmente a luta de todos os administradores da OAB paranaense, para que continuasse sendo muito

melhor que ontem e melhor ainda para amanhã, por isso, é muito bom lembrar o poeta que disse:

“Trabalhai porque a vida é pequena,

E não há para o tempo demora;

Não gasteis os minutos sem pena;

Não façais pouco caso das horas”.

Agora os administradores da OAB do Paraná, terão oportunidades de refletir sobre os percalços e dificuldades. Não há dificuldades impostas pelo imponderável da vida, mas, muitas vezes como fator da ciência e do trabalho para toda a comunidade.

Compartilhando com a alegria de todos os novos membros da Diretoria da OAB, o Poder Legislativo do Estado do Paraná, através deste Deputado, parabeniza a todos, formulando votos de completo êxito na realização de grande importância para o Paraná.

REQUERIMENTO Nº 2574

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações à Fábrica de Cadeados Pado, instalada no município de Cambé, pelos 70 anos de sua fundação.

Requer ainda, que seja dada ciência ao Diretor Presidente da empresa, Sr. Alfons Gardemann, da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2578

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, PEDE a egrégia Assembléia a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de louvor ao escritor Arnoldo Monteiro Bach pelo lançamento do livro Vapores, que relata o período histórico do esplendor comercial do Iguazu, Y-guaçu, dia 25 de novembro em Palmeira e no dia 09 de dezembro em Porto Amazonas.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

O livro Vapores de autoria do escritor Arnoldo Monteiro Bach, prefaciado pelo Deputado que este subscreve, é uma edição da série Casa Paranista da Editora UEPG. A obra marca o significado do rio no transporte de erva-mate, madeira de pinho, secos e molhados, e de passageiros, movimentando a navegação, que atravessou parte do Império e da República, entre 1882 e 1953.

A publicação de Vapores conta com o apoio da Prefeitura Municipal de Porto Amazonas, Caminhos do Paraná, Rotary Clube de Palmeira, Iate Clube de Palmeira, Prefeitura Municipal de Palmeira, e da Academia de Letras dos Campos Gerais.

O Rio Iguazu está ganhando um novo livro: “Vapores”, de Arnoldo Monteiro Bach, escritor de Palmeira,

cidade dos Campos Gerais, onde fica o seu famoso sítio do Minguinho, uma espécie de Disneylândia da nossa história.

Conta o livro de Arnaldo, que o nosso Iguaçu, o rio grande dos índios, viveu histórico período de esplendor comercial quando o transporte de erva-mate, madeira de pinho, secos e molhados, mais passageiros, passou a animar sua navegação, que atravessou uma parte do império, e outra da república.

O livro “Vapores” singra as águas do Iguaçu entre 1882 e 1953.

Desde a primeira viagem do vapor “O Cruzeiro”, do pioneiro Coronel Amazonas Marcondes, que deu origem ao nome da cidade de Porto Amazonas, até quando acabou a Companhia Lloyd Paranaense, sociedade empresarial, que existiu de 1915 a 1953, liderada por Nicolau Mäder.

Vamos viajar juntos pelo Rio Iguaçu, feche os olhos, embarque comigo:

Os barcos estão passando.

No convés, a brava gente brasileira dos sertões, indo e vindo, primeiro apenas no território do Paraná, depois de 1917, entre o Paraná e o Contestado, hoje território de Santa Catarina.

Vapores do Rio Negro, dos Rios Canoinhas, Timbó e Potinga, vapores do Iguaçu, para lá e para cá, rio abaixo, rio acima, com figuras de proa - e também figuras de popa - da nossa história.

Vapores apitando na curva do rio, antes do Porto Amazonas, de São Mateus do Sul, navegando por Porto União até Porto Vitória.

Alguma coisa em mim não quer que estes navios tenham parado.

Quem há de nos dizer quando será a próxima viagem?

Em madrugada de espessa cerração, é preciso acordar antes da aurora, tomar chimarrão quentinho, comer pinhões assados na chapa do fogão a lenha, ouvir uma canção de Nhô Belarmino e Nhá Gabriela, colocar a longa pala de lã tropeira comprada em Curitiba, na casa “A Favorita”, cobrir a cabeça com o chapéu de abas largas - que a umidade é doída - e embarcar.

A bordo do vapor, sobre o Iguaçu, vamos vendo a vida ribeirinha passar.

Entre os pinheirais do Paraná, no arenito das fundas coxilhas do vale do rio, voam bandos de gralhas azuis e quero-queros, entre frágeis borboletas amarelas, passam macacos e bugios, aninham-se sabiás e jacus, saltitam graciosos esquilos, chamados caxinguelês, pelos caboclos.

A novidade de um outro barbaquá, a fumaça azul do sapeco do mate no meio da mata sombreada das araucárias, o barulho estridente da serraria.

Na varanda da casa azul, recortada em tábuas e ripas, e com “janela de fianco”, uma sanfona entoando canções de saudade.

“Com este zéfiro assim suave, ah! como é belo estar sobre a nave!”

No desembarque a esperança de uma bela mazurca no salão de molas de Porto Vitória, o único do mundo que tem molas sob as tábuas largas do assoalho, para balançar mesmo os Pares polacos mais duros de ginga.

Arnoldo Monteiro Bach “olha diversas vezes o mesmo rio”, e, sabe que “nunca vê a mesma água”.

Seu livro conta histórias e estórias, do rio Iguaçu e seus tributários, narrativas do tempo nostálgico dos vapores.

Feliz idéia a de publicar memórias dos velhos “vapores” do nosso Paraná.

Bendita ação cultural a da Editora Universidade Estadual de Ponta Grossa, capaz de perceber que “aquilo que não se compartilha, se perde”.

Evitado o naufrágio da memória, embarquemos todos. Boa leitura, boa viagem!

Seja este requerimento encaminhado ao escritor Arnaldo Monteiro Bach, rua Jesuíno Marcondes, 1549, Palmeira/PR, CEP: 84.130-000.

REQUERIMENTO Nº 2579

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve pede a inserção nos Anais desta Assembléia Legislativa de voto de louvor e congratulações à Escola Municipal Albert Schweitzer, à equipe de alunos de robótica, liderados pela Professora Silvana Santos, à direção aos pedagogos e professores, pelo 1º lugar geral e também o 1º lugar na categoria de pesquisa, na etapa regional do Campeonato Internacional de Robótica First Lego League.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A Assembléia do povo paranaense precisa valorizar quem educa para o futuro. Afinal, ainda vale o ensinamento de Sócrates, que já no quinto século antes de Nosso Senhor Jesus Cristo ensinava-nos: “As cidades não precisam ser governadas, as cidades precisam ser educadas...”

A Escola Municipal Albert Schweitzer está classificada para participar do campeonato Sul-Americano de Robótica, em abril de 2007, em São Paulo. A escola conquistou o primeiro lugar geral e também o primeiro lugar na categoria pesquisa. O resultado foi alcançado no último domingo (19) durante a etapa regional do Campeonato Internacional de Robótica First Lego League.

Participaram da etapa regional 27 equipes dos Estados do Paraná, Santa Catarina e Goiás. A rede municipal de Curitiba foi a única instituição pública a participar.

Cada equipe desenvolveu um projeto de pesquisa sobre um problema relacionado aos oceanos e a possível solução. As equipes divulgaram o projeto na comunidade

de maneira criativa e, no dia do campeonato, apresentaram aos juízes o projeto e os resultados obtidos. Além disso, as equipes receberam kits Lego, relacionados ao tema, com um tapete e montagens feitas com Lego, simulando situações que podem acontecer nos oceanos. O desafio foi construir um robô que executasse nove desafios pré-determinados no tempo de 2 minutos e 30 segundos.

Em todo o Brasil houve sete etapas regionais onde 20% dos melhores classificados participarão da etapa Sul - Americana, em São Paulo no mês de abril de 2007. Os dois melhores resultados do Brasil serão classificados para o mundial em Atlanta.

Seja este requerimento encaminhado ao diretor da Escola Municipal Albert Schweitzer, Rua Décio Barreto, nº 153 - CIC, CPF: 81.305-490.

REQUERIMENTO Nº 2581

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER, votos de louvor à Chapa XI de Agosto, vencedora da eleição da Seccional Paraná da Ordem dos Advogados do Brasil.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2582

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosa-mente REQUERER votos de louvor à Delegacia de Estelionato e Desvio de Cargas da Polícia Civil do Estado do Paraná em virtude do sucesso da Operação Pharmako ocorrida no último dia 23.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ALEXANDRE CURI

REQUERIMENTO Nº 2572

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Padre Jonas Abib, fundador da Comunidade Canção Nova e Presidente da Fundação João Paulo II, pelos 70 anos de idade que completará no próximo mês. A referida homenagem deve-se pelos relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2575

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

douto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de regozijo ao Sr. Maurício Costa, Presidente do Projeto Onde Moras, que já construiu e entregou à população carente, sem qualquer tipo de custo, 219 moradias nos municípios Londrina, Iporã, Jataizinho e Uraí.

Diante desses relevantes serviços prestados por esse senhor à sociedade paranaense, justifica-se a referida homenagem.

Requer ainda, que seja dado ciência ao homenageado da decisão do Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2546

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário respeitosamente REQUER envio de expediente à Exma. Deputada Federal Sra. Jandira Feghali, solicitando que a mesma tome as providências necessárias para propor Ação Direta de Constitucionalidade (ADC) da Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para que eventualmente Juízes não utilizem mecanismos que possam declarar esta lei inconstitucional.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ELZA CORREIA

REQUERIMENTO Nº 2547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, Rogério Walbach Tizzot, requerendo a construção com pedras irregulares da estrada Mauro Trindade, Km 08, no município de Sarandi.

Com a construção da estrada, diversos agricultores da região serão beneficiados.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2549

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Segurança Pública, Luiz Fernando Delazari, requerendo a construção e a mudança de local de uma nova Delegacia da Polícia Civil no município de Sarandi.

Cabe ressaltar, que a atual Delegacia encontra-se em estado precário e com super lotação, além de estar localizada ao lado de escolas infantis.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2550

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Desenvolvimento Urbano, Luiz Forte Netto, requerendo a realização de obras de combate a erosão entre o Parque Alvarar e o Parque Residencial Alvarar II no município de Sarandi.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2551

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja enviado expediente ao Sr. Governador do Estado, Roberto Requião e ao Sr. Secretário de Estado da Educação, Maurício Requião de Mello e Silva, requerendo a construção de um Centro de Educação Infantil no Parque Alvarar II no município de Sarandi.

A aludida solicitação tem por finalidade beneficiar algumas mães do referido bairro e dos bairros adjacentes.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) LUIZ NISHIMORI

REQUERIMENTO Nº 2568

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhado expediente ao Exmo. Sr. Secretário da Receita Federal, Dr. Jorge Antonio Deher Rachid, indagando do mesmo se o tratamento tributário - fiscalizatório adotado pela Aduana de Foz do Iguaçu, é o mesmo de outras localidades de fronteira, como por exemplo Guaíra, Dionísio Cerqueira, Uruguai-ana e de outras localidades, assim como nos aeroportos internacionais.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) RENI PEREIRA

JUSTIFICATIVA:

Justifica-se o presente requerimento em face dos gravíssimos efeitos causados, não pelo regular, necessário e salutar exercício do poder fiscalizatório, mas sim pelos excessos cometidos, conforme consta do bem lançado artigo de livre do Dr. José Alexandre Saraiva.

REQUERIMENTO Nº 2571

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, que seja encaminhado expediente ao Ilmo. Sr. David Antonio Pancotti, Diretor-Geral do Detran-PR, indagando do mesmo se a Portaria nº 072/06, não trará novos entraves à obtenção dos CRV e CRLV, já que

haverá uma centralização da emissão destes documentos na Celepar em Curitiba e não mais nas Ciretrans, com a utilização de malotes, ao invés da emissão eletrônica no próprio local, certamente demandando um tempo maior para que o interessado tenha em mãos o seu certificado.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) RENI PEREIRA

REQUERIMENTO Nº 2573

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de expediente a Secretária de Estado da Administração e da Previdência, Exma. Sra. Maria Marta Renner Weber Lunardon, solicitando especial atenção ao pedido de remoção da professora Danielle Cristina Breganon, lotada em Londrina e residente em Uraí.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2576

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, envio de pedido de informações ao Secretário de Estado da Segurança Pública, Exmo. Sr. Luiz Fernando Delazari, questionando quanto à classificação do Sr. Ari Alfreu de Almeida Renovato, RG. 8.452.861-7, Inscrição 041, no Concurso Público 97/08, e a possibilidade do mesmo ainda assumir o cargo de Investigador de Polícia na 12ª Subdivisão Policial de Jacarezinho.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) BARBOSA NETO

REQUERIMENTO Nº 2584

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Secretário da Saúde, Dr. Cláudio Murilo Xavier, informar quais as obras previstas na área da saúde, constantes do orçamento em execução (2006) e também as obras previstas para o orçamento de 2007, arrolando-as uma a uma, com os respectivos valores totais, tanto as concluídas quanto aquelas em execução e, ainda, aquelas previstas para execução no próximo exercício, seja diretamente pela Sesa ou por convênio de cooperação com outros órgãos, como a SEOP, mediante MCO - Movimentação de Créditos Orçamentários.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(aa) VALDIR ROSSONI, AUGUSTINHO ZUCCHI, BARBOSA NETO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, TADEU VENERI e PASTOR EDSON PRACZYK.

Projetos de Lei

PROJETO DE LEI Nº 547/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º O parágrafo 1º, artigo 2º da Lei 15.290 de 02 de setembro de 2006 passa a contar com a seguinte redação:

“Art. 2º, parágrafo 1º - A opção poderá ser formalizada até 31 de janeiro de 2007.”

Art. 2º Inclui o parágrafo 9º ao artigo 2º da Lei 15.290 de setembro de 2006, conforme seguinte redação:

“Art. 2º, parágrafo 9º - O prazo referido no parágrafo 1º do presente artigo, poderá, por uma única vez, ser prorrogado pelo prazo de 90 (noventa) dias, conforme critérios estabelecidos pelo Secretário de Estado da Fazenda Sefa, que o regulamentará.”

Art. 3º Fica revogada a Lei sob nº 15.311, de 20 de novembro de 2006.

Art. 4º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A presente alteração legislativa faz-se necessária, isso em razão da Lei 15.290 de 22 de setembro de 2006, estabelecer em seu artigo 2º, parágrafo 1º, o prazo para adesão ao Programa de Revitalização Fiscal das Empresas Paranaenses - Refispar - como sendo até a data limite de 30 de outubro de 2006. Essa previsão, com curto espaço de tempo, acarretaria um baixo número de adesões, beneficiando uma quantidade diminuta de empresas que necessitariam dos benefícios do Refispar.

Nesse sentido, a alteração do artigo 2º, parágrafo 1º no que tange ao aumento do prazo para adesão ao Refispar, é senão, garantir às empresas paranaenses maior chance de beneficiar-se com o Programa de Revitalização Fiscal das Empresas do Estado do Paraná.

Ainda, a criação de um dispositivo, ou seja, o parágrafo 9º ao artigo 2º, para querendo, possa o Secretário de Estado da Fazenda, disponibilizar a prorrogação desse prazo para mais 90 (noventa) dias.

Diante do exposto, esperamos o apoio dos demais pares dessa casa, para que, as empresas paranaenses possam beneficiar-se desse programa.

PROJETO DE LEI Nº 548/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica incluído o artigo 257-A na Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, com a seguinte redação:

“Art. 257-A. Ficam transformados, no Foro Extrajudicial de Curitiba, o Serviço Distrital do Bacacheri em 5º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 17º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital da Barreirinha em 6º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 18º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Boqueirão em 7º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 19º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Cajuru em 8º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 20º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital de Campo Comprido em 9º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 21º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital das Mercês em 10º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 22º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Novo Mundo em 11º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 23º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Pinheirinho em 12º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 24º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Portão em 13º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 25º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital de Santa Felicidade em 14º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 26º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital de Santa Quitéria em 15º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 27º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital de São Casemiro do Taboão em 16º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 28º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Tatuquara em 17º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 29º Tabelionato de Notas; o Serviço Distrital do Uberaba em 18º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 30º Tabelionato de Notas e o o Serviço Distrital do Umbará em 19º Serviço de Registro Civil das Pessoas Naturais e 31º Tabelionato de Notas, alterando no Anexo IV da referida lei, o Foro Extrajudicial do Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba - Entrância Final.”

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) ALEXANDRE CURI

JUSTIFICATIVA:

Estamos apresentando o presente projeto de lei, que altera a Lei nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003, que dispõe sobre o Código de Organização e Divisão Judiciária, com o objetivo de favorecer a comunidade da Região Metropolitana de Curitiba na localização dos car-

tórios, modificando o nome pelo número, proporcionando, também, maior segurança.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres Membros para a aprovação do presente plano de lei.

ANEXO IV FORO EXTRAJUDICIAL

1º Tabelionato de notas
2º Tabelionato de notas
3º Tabelionato de notas
4º Tabelionato de notas
5º Tabelionato de notas
6º Tabelionato de notas
7º Tabelionato de notas
8º Tabelionato de notas
9º Tabelionato de notas
10º Tabelionato de notas
11º Tabelionato de notas
12º Tabelionato de notas
1º Tabelionato de protestos de títulos
2º Tabelionato de protestos de títulos
3º Tabelionato de protestos de títulos
4º Tabelionato de protestos de títulos
5º Tabelionato de protestos de títulos
6º Tabelionato de protestos de títulos
1º Serviço de registro de imóveis
2º Serviço de registro de imóveis
3º Serviço de registro de imóveis
4º Serviço de registro de imóveis
5º Serviço de registro de imóveis
6º Serviço de registro de imóveis
7º Serviço de registro de imóveis
8º Serviço de registro de imóveis
9º Serviço de registro de imóveis
10º Serviço de registro de imóveis
11º Serviço de registro de imóveis
12º Serviço de registro de imóveis

ANEXO IV FORO EXTRAJUDICIAL

13º Serviço de registro de imóveis
1º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 13º Tabelionato de notas
2º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 14º Tabelionato de notas
3º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 15º Tabelionato de notas
4º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 16º Tabelionato de notas
5º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 17º Tabelionato de notas
6º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 18º Tabelionato de notas
7º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 19º Tabelionato de notas
8º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 20º Tabelionato de notas
9º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 21º Tabelionato de notas
10º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 22º Tabelionato de notas
11º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 23º Tabelionato de notas
12º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 24º Tabelionato de notas
13º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 25º Tabelionato de notas
14º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 26º Tabelionato de notas
15º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 27º Tabelionato de notas
16º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 28º Tabelionato de notas
17º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 29º Tabelionato de notas
18º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 30º Tabelionato de notas
19º Serviço de registro civil das pessoas naturais e 31º Tabelionato de notas
1º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

ANEXO IV
FORO EXTRAJUDICIAL

2º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
3º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas
4º Serviço de registro de títulos e documentos e civil das pessoas jurídicas

PROJETO DE LEI Nº 549/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Ficam prorrogados por mais cinco (05) anos os efeitos da Lei nº 10.062, de 16 de julho de 1962, que autoriza o Poder Executivo a ceder à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh, o imóvel de propriedade do Estado do Paraná, situado nesta Capital, na Rua Bororós 1250, Vila Izabel - Curitiba, denominado Unidade Social Educandário Caetano Munhoz da Rocha, a qual faz parte de uma área maior, com 149.381,75 m, incorporada ao Patrimônio Estadual em 11/04/1913, conforme consta da Transcrição nº 9.128, do Livro 3-E, do Cartório de Registro de Imóveis da 1ª Circunscrição de Curitiba.

Art. 2º O imóvel de que trata o artigo 1º desta lei, será destinado exclusivamente para manter instalada e em funcionamento das atividades da Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh, tendo a cessão a duração de cinco (05) anos, prorrogável por igual período, mediante consenso entre as partes, não podendo a referida área ser utilizada para outros fins, nem ser transferida a terceiros, sob pena de tornar-se automaticamente sem efeito.

Art. 3º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 27.11.06.

(a) CLEITON KIELSE

JUSTIFICATIVA:

O objetivo da apresentação da presente proposição é somente prorrogar a cessão do imóvel pertencente ao Governo do Paraná à Associação Paranaense para o Desenvolvimento do Potencial Humano - Apadeh, para que a mesma prossiga no seu maravilhoso trabalho em prol da comunidade paranaense, especialmente, dos portadores de necessidades especiais.

Informamos, que a cessão já foi prorrogada pela Lei nº 13.392, de 21 de dezembro de 2001, tendo em vista da importância do trabalho da Apadeh junto a comunidade paranaense.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Pequeno Expediente:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, o Deputado Barbosa Neto.

Deputado Barbosa Neto (PDT)

O SR. BARBOSA NETO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de, mais uma vez, trazer aqui fatos que comprovam como a Secretaria da Segurança Pública do Paraná presta um desserviço ao nosso Estado. Este mesmo Deputado usou a tribuna da Assembléia Legislativa do Paraná para alertar as autoridades que são responsáveis pela Segurança Pública do nosso Estado, sobre a presença de integrantes do 1º Comando da Capital, o famigerado PCC no Paraná. Logo de pronto, o atual Secretário da Segurança rebateu essas insinuações via imprensa, dizendo que o Paraná estava livre do PCC. Bem, a inauguração da prisão de segurança máxima de Catanduvas, levou para o oeste do Estado, os principais líderes dessa facção criminosa. O mais grave ainda, é que daqui de Curitiba, partiam as ligações que o PCC fazia com uma Central Telefônica, das mais especializadas, com ramificações no Brasil.

Na semana passada, em Londrina, foi preso o bandido mais procurado pela Polícia Federal do Brasil. Estava nas barbas da Polícia e o Secretário da Segurança Pública, ao invés de investigar, ao invés de checar, de levantar as fontes, ele desautoriza qualquer tipo de investigação no sentido de encetar ações para prender os marginais que são responsáveis pelo terror espalhado pelo Brasil inteiro. A prisão do José Reinaldo Girotti, de 36 anos, o popular “Alemão”, dentro de um hipermercado em Londrina, desmoraliza mais uma vez a segurança pública do nosso Estado. O Paraná prova que não tem Serviço de Inteligência. O Paraná mostra que tem o “The Guardian” para bisbilhotar a vida de parlamentares, ou aqueles que assacam acusações contra os que estão no poder, aqueles que não comungam com esse tipo de arbitrariedade.

Onde está o Serviço de Inteligência para prestar um serviço em favor da segurança pública do nosso Estado? Cadê o tal do geo-processamento, geo-referenciamento que fala tanto o Secretário da Segurança Pública? Disso nada serviu. Nós já perdemos um dos principais homens acusados de violência sexual contra crianças, porque o Paraná não fez a checagem do nome desse marginal, que foi para o Rio Grande do Sul e proferiu vários abusos sexuais contra crianças e agora, nós perdemos a oportunidade de prender o “Alemão” e tantos outros. Estou falando do principal bandido procurado no Brasil, o financiador do Marcos Camacho, o “Marcola” que estava aqui no Paraná e o Secretário da Segurança, incompetente, autoritário, não conseguiu nem mesmo prender este que estava na cozinha do nosso

Estado. Uma barbaridade! Qual é a desculpa que vai dar agora a Secretaria da Segurança Pública em relação a este fato? Se tivesse usado o Raserá, pelo menos, para fazer a escuta telefônica, poderia prender, numa mansão de um milhão de reais no bairro nobre do Alphaville, em Londrina, o “Alemão”. E o Paraná perdeu esta chance. Este mesmo que assaltou a Caixa Econômica Federal aqui em Curitiba e tantos outros bancos, é o mesmo que foi descartado como se estivesse no Paraná pelo Secretário da Segurança Pública...

Apenas um minuto, Sr. Presidente, para que fizéssemos o encerramento do pronunciamento que nos motivou a subir na tribuna, nesta tarde. Para demonstrar a incompetência que nós temos na questão da segurança pública do Estado do Paraná. Infelizmente, mais uma vez, pela arrogância, pela desfaçatez, pela descompostura de não ouvir pessoas que conhecem da questão da segurança pública, o Paraná paga mais uma vez este grande “mico”.

Lamentável a postura do atual Secretário da Segurança, e pelo que estamos vendo pela imprensa já vai tarde e é o que esperamos, para que o Paraná possa ter um mínimo de segurança e um mínimo de competência para tratar desta questão que hoje flagela a todos os paranaenses e brasileiros.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (PP) (**Pela Ordem**)

Gostaria de lembrar que esta Casa aprovou o dia 27 de novembro como um dia para salvar vidas, um dia de mobilização contra o câncer de mama e também contra o câncer do colo retal. Um dia de mobilização para prevenção destas duas doenças, que matam. É preciso, então, prevenir.

Gostaria de agradecer a todas as Deputadas e Deputados desta Casa, hoje os municípios do Paraná estão em mobilização: as “Amigas da Mama”; as voluntárias do Hospital Erasto Gaertner; os profissionais e voluntários da área de saúde; as secretarias municipais da mulher; associações comerciais de vários municípios do Estado do Paraná; a imprensa, está divulgando não só a cartilha que explica a todos a Lei 14.854, sancionada, aprovada por este Plenário, que institui um dia para salvar vidas. E também do câncer de colo retal.

Lembrar que hoje é o Dia da Infância. E também gostaríamos de registrar e parabenizar o Tenente Coronel Roberson Luiz Bondaruk, que escreveu este importante livro relatando um assunto importante que é sobre nossas crianças, “O Império das Casas Abandonadas”, crianças e adolescentes de rua e a polícia.

Era só, Sr. Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra o Deputado José Domingos Scarpellini.

Deputado José Domingos Scarpellini (PSB)

O SR. JOSÉ DOMINGOS SCARPELLINI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados; nós vimos a posição do Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, em requisitar a casa onde está a Promotoria de Investigação Criminal, a retomada da PIC, propriamente dita.

Jornais trouxeram fartas matérias sobre este fato. E chegamos a uma conclusão: que de fato a Promotoria de Investigação Criminal levantou através de escutas telefônicas autorizadas pela Justiça, não propriamente grampos ou escutas clandestinas, como faziam alguns membros do Governo do Estado do Paraná. Essas escutas telefônicas chegaram a um assessor do Sr. Governador do Estado do Paraná: o Sr. Délcio Raserá. O Sr. Délcio Raserá teve sua prisão preventiva decretada e se encontra recolhido sob a guarda do Estado à disposição da Justiça de Campo Largo.

A Promotoria de Investigação Criminal concluiu - tem uma farta documentação e provas sobre isso - que as escutas telefônicas do Sr. Délcio Raserá foram feitas de maneira criminosa, utilizando-se de bens e do próprio Estado do Paraná para fazê-las, com prévio consentimento ou a omissão do Sr. Governador do Paraná.

Eis que agora o Governo, para se vingar da ação investigatória da Promotoria de Investigação Criminal, pede o despejo da PIC e a Promotoria tem um prazo para mudar-se da casa onde está alojada há mais de cinco anos. Portanto, um ato administrativo discriminatório abusivo porque ele, baseado apenas na vontade do governante, na ira do Sr. Governador Roberto Requião de Mello e Silva, toma essa providência de despejar a PIC.

Eu, como Deputado Estadual e como cidadão da República Federativa do Brasil, estando no gozo dos meus direitos políticos e tendo votado nas últimas eleições, confirmando, portanto, a minha quitação eleitoral, ingressei, agora à tarde, em uma das Varas da Fazenda Pública, com uma ação popular contra esse ato abusivo do Sr. Governador do Estado do Paraná. Entendo abusivo porque o mínimo que o Governo poderia fazer seria notificar a PIC para que, a partir do próximo ano orçamentário de 2007/2008, ela viesse a desocupar a casa onde está alojada.

Faltando apenas 45 dias para concluir o ano orçamentário, se você tem uma relação de aluguel a Justiça já determina que você tem que notificar o inquilino um período antes para que ele possa providenciar sua nova acomodação para depois dali se mudar.

Entramos, então, com essa ação popular pedindo uma liminar para que a Promotoria de Investigação Criminal continue onde está, porque o Governador do Paraná é Governador do Paraná e não dono do Paraná, como alguns pensam, e, talvez, além de pensar em ser dono, ele pensa em ser o Deus supremo deste Estado e deste mundo, mas ainda não é, ainda não tem esse poder,

e se por acaso estiver em busca dele terá algumas dificuldades porque tem outros grandes problemas pela frente que serão o seu grande obstáculo nesta nova empreitada que terá, porque não terá ajuda de pesquisas e ajuda da máquina administrativa para conquistar esse espaço como Deus supremo do Universo.

Portanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eram essas as nossas considerações com relação a esse despejo fatídico da PIC que nós estamos tentando bloquear na justiça através de uma ação popular na Vara de Fazenda Pública desta Capital.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Com a palavra a Deputada Elza Correia.

Deputada Elza Correia (PMDB)

A SRA. ELZA CORREIA

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nós, o Movimento de Mulheres Organizadas do Estado do Paraná, realizou no dia 24 de novembro no auditório do Ministério Público - não poderia ser em melhor local - grande evento, Deputada Luciana Rafagnin, para discutir estratégias para eliminação da violência doméstica e familiar contra a mulher, mais especificamente a Lei Maria da Penha, que aliás nós já pedimos que a Secretaria Nacional de Políticas Públicas nos mandem exemplares da lei, porque acho importante que cada Deputado e Deputada tenha essa lei porque ela daqui para frente será muito discutida e utilizada.

Nessa sexta-feira nós fizemos esse seminário, foi importantíssimo, com a presença do Dr. Luis Eduardo Trigu Roncaglio, com a presença da Sra. Elizabeth Maia, Presidente do Conselho Municipal da Condição Feminina aqui de Curitiba; a Sra. Fernanda Richa; a Dra. Maria Tereza Willi Gomes; também com a presença do Promotor Marcelo Lessa Bassos da cidade do Rio de Janeiro; a Juíza Carmem Lucia da Silva, também Promotora de Justiça em São Paulo; a Dra. Sandra Lia Leda Bazo; a Desembargadora Rosana; a Dra. Wilma Sotto Marior, enfim, várias autoridades do Poder Judiciário para discutir a Lei “Maria da Penha”.

Eu já falei sobre esta lei, aqui, portanto, nós não vamos entrar no mérito da lei, mas apenas dizer que essa discussão foi um ganho para o movimento de mulheres, e houve uma preocupação, eu faço um requerimento hoje, espero que a Casa apóie, tenho certeza que apoiará, que nós vamos encaminhar para a Jandira Feghali, a nossa Deputada, que foi a Relatora dessa lei do Congresso porque já há, e isso que me preocupa no Brasil por parte de alguns Juízes e alguns Promotores, uma corrente discutindo que essa lei é inconstitucional. E, não é! Na verdade nós sabemos que não é! Embora seja uma lei votada, sancionada, a gente não deveria correr o risco, na Justiça existe uma

figura jurídica que, eventualmente, pode ser usada pelos Juízes pedindo uma Adin, uma figura chamada controle difuso, no Direito é muito usado quando o Juiz acha que a lei é inconstitucional.

Então, estamos pedindo, através de requerimento, que a nossa Relatora em Brasília, junto ao Supremo Tribunal de Justiça, que ela assegure através de ação declaratória de constitucionalidade para que esse instrumento não seja usado no Brasil; porque a lei é muito melhor que a anterior, assegura realmente que as mulheres sejam protegidas no caso de violência contra elas, e já começa haver uma discussão aí contra essa lei, o que é bastante preocupante. Nós levamos mais de vinte anos para conseguir esse avanço e agora de repente, por conta de alguns Juízes que querem continuar a dar cestas básicas como punição para quem agride e violenta as mulheres possam entrar com esse instrumento.

Gostaria de dizer que nesse mesmo encontro, o que eu considero extraordinariamente importante, apesar de não ter visto nenhuma linha na imprensa, na oportunidade o Desembargador Antonio Lopes de Noronha, ele esteve no local onde fazíamos o nosso encontro e deu duas boas notícias, Deputado Tadeu que eu pelo menos considero um avanço, a criação de uma vara criminal especial aqui em Curitiba, só para tratar de crimes contra crianças e adolescentes. Não tínhamos essa vara, era uma luta nossa antiga e felizmente agora conseguimos. O resultado da luta de homens e mulheres que realmente entendem que é preciso varas especiais para tratar esta questão.

Outra vara que foi criada e mencionamos aqui porque precisa expandir isso para o Paraná todo, é uma vara também para tratar de crimes de violência contra a mulher. Finalmente, Luciana Rafagnin, temos aqui esta vara e é preciso que seja comunicado isso aos Prefeitos, aos juízes, promotores dos vários municípios do Paraná. Porque além da criação dessas varas que a lei cobra precisamos continuar a luta pela instalação de defensorias públicas que é outro equipamento social extraordinariamente importante para que essa lei realmente tenha resultado.

Feitas essas colocações, agradeço Sr. Presidente, e gostaria de dizer ao Srs. Deputados que todos receberão uma cópia desta Lei Maria da Penha.

Muito obrigado.

Horário das Lideranças:

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não há mais oradores inscritos no Pequeno nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças: Bloco PP/PSB; Bloco PTB/PL/PRB; PPS; PDT; PFL.

(**Declinam**)

PT. Deputado André Vargas.

Liderança do PT: Deputado André Vargas

O SR. ANDRÉ VARGAS

Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados presentes nesta Sessão.

Hoje, Sr. Presidente, faço uso da palavra por dois motivos: participamos hoje pela manhã da assinatura de um convênio que efetiva a instalação de uma Universidade Federal Tecnológica na cidade de Londrina. Extensão, portanto, da Universidade Federal que já funciona no Paraná com sede em Curitiba, Medianeira e tantos outros municípios e que agora tem uma extensão na cidade de Londrina. Um evento bastante concorrido. Nós, todos sabemos, tivemos um período longo de greve na cidade de Londrina. Uma greve bastante caracterizada do ponto de vista da luta política, já que a greve em Londrina se iniciou dois meses antes da eleição, período em que o governante está impedido de dar reajuste e logo que passou a eleição, passou o processo eleitoral, a greve também se encerrou.

Portanto, qualquer análise que se faça desse período tem que se considerar esse evento político, ideológico, partidário, foi a greve dos servidores municipais de Londrina no período que havia impedimento da concessão do reajuste. Mas foi o primeiro evento que realizamos no gabinete do Prefeito; muitos empresários, Presidentes de associações de moradores, lideranças comunitárias e lá fizemos um apelo que vale também a ocupação desse espaço, Sr. Presidente. Lá fizemos uma comparação da necessidade de uma cidade como Londrina ter as suas entidades, as suas lideranças políticas todas envolvidas a favor da cidade de Londrina.

Abrimos os jornais aqui em Curitiba, seja a Gazeta do Povo, o Estado do Paraná, vemos muitas críticas, críticas de posturas e comportamentos, mas não vemos críticas e ataques à imagem da cidade. Isso, no meu entendimento, ocorre em Londrina.

Então, temos uma responsabilidade muito grande. O curso a ser instalado em Londrina que começará no início do ano, em 2007, é a Tecnologia de Alimentos. Para se ter uma idéia a Tecnologia de Alimentos é uma área que temos força na produção do agronegócio, na cidade de Londrina e na região Norte do Paraná. Só a instalação desse curso tem propiciado contato de empresários no setor da indústria de alimentos para se instalar em Londrina.

Houve, também, na semana em que não pude estar aqui presente, porque estive em Brasília - o Deputado Sciarra aqui está e eu queria saudá-lo, acompanhou a votação da Medida Provisória 320 que propicia a instalação de portos secos e facilita a instalação de estações aduaneiras, para todo o Paraná e para o Brasil. Portanto, agora, para alguém instalar o chamado porto seco não precisa mais haver licitações, basta o credenciamento.

Por exemplo, cidades como Toledo, Guaíra, Francisco Beltrão, União da Vitória tiveram interesse na ins-

tação de uma Estação Aduaneira do Interior - EAD. Há, agora, a possibilidade de que assim ocorra sem a licitação. A empresa se credencia, se habilita, prepara a sua estrutura facilitando para o Brasil o desembarço de mercadorias, sejam aquelas que vão para o exterior ou aquelas que vêm do exterior em regiões onde há uma carência muito grande do desembarço de mercadorias; um nível de exportação muito alto; o porto seco é importante. Também há a oportunidade de mais de um porto seco para cada uma das cidades.

São duas infra-estruturas necessária para a geração de empregos e o desenvolvimento econômico do País. Aqui, no Paraná, pode e deve ser utilizada. As questões do desenvolvimento e da preparação e da capacitação da nossa mão-de-obra, mas também a questão do atendimento àqueles que importam e, principalmente, àqueles que exportam.

Sr. Presidente, eram duas questões que eu queria tratar neste momento. Também tivemos lá uma articulação das emendas de Bancada, importantes para o atendimento do nosso Estado, seja na área da estrutura dos hospitais filantrópicos, que passam por uma crise muito importante e intensa, que precisa ser de fato adequada. Tivemos a consignação de prioridade na Bancada do Paraná para o Teatro Municipal de Londrina; para o Instituto Agrônomo do Paraná; e a possibilidade de convênios para as universidades estaduais.

Era isso, Sr. Presidente. Prestando contas da minha ausência nas últimas Sessões da última semana, porque tarefas me aguardavam em Brasília, já que no ano que vem é para lá que devemos nos destinar, desempenhando a nossa tarefa, agora, como Deputado Federal.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

PSDB; PMDB; Liderança do Governo; Liderança da Oposição.

(Declinam)

Ordem do Dia:

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à Ordem do Dia, com a presença de número legal.

Leitura do Expediente

Sobre a mesa, Mensagem nº 067/06, subscrita pelo Sr. Governador do Estado, constante do expediente, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva criar na estrutura básica do Poder Executivo, a Secretaria de Estado da Criança, bem como adotar outras providências. **À Diretoria Legislativa para os devidos fins.**

Expediente subscrito pelos Deputados Natálio Stica, Duílio Genari, Antonio Anibelli e demais Deputados, constante do expediente, solicitando a utilização

do horário do Grande Expediente, na Sessão Plenária no dia 28 de novembro, por parte da jornalista Aniela Almeida, MD. Presidente do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Paraná, para discorrer sobre liminar deferida pelo Supremo Tribunal Federal, que retira a obrigatoriedade do diploma de nível superior para o exercício da profissão de jornalista. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Alexandre Curi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Cleiton Kielse, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Discussão/Votação

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2ª Discussão (Votação em)

ITEM 01

VOTAÇÃO EM:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que cria o Programa Especial de Atendimento para fins de Renda e Emprego, às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CDMCA. COM EMENDA DE PLENÁRIO COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado o projeto, artigo por artigo. Aprovada a emenda.**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA MODIFICATIVA

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em tela visa criar o Programa Especial de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência Conjugal.

O que se pretende é dar independência financeira às vítimas, privilegiando-as nos cursos de capacitação profissional e no encaminhamento para empregos formais, através do sistema de cotas.

Fundamentação

No que diz respeito à competência do Estado para legislar sobre a matéria, o projeto tem amparo no artigo 25, parágrafo 1º da Constituição Federal, a seguir transcrito:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

(...)

Além disto, a Constituição Estadual estabelece no seu artigo 215, II o seguinte:

Art. 215. O Estado manterá programas destinados à assistência e promoção integral da família, incluindo:

(...)

II - serviços de prevenção e orientação, bem como recebimento e encaminhamento de denúncias referentes à violência no âmbito das relações familiares;

(...)

O projeto define atribuições que o Poder Executivo exerce através de suas Secretarias, estando em consonância com o artigo 53, X da Constituição Estadual, a seguir transcrito. Além disto, a sua iniciativa legislativa cabe a qualquer membro da Assembléia Legislativa, como dispõe o artigo 65 da Constituição Estadual.

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

X - criação, estruturação e definição de atribuições das Secretarias de Estado.

(...)

No tocante à técnica legislativa o projeto está em consonância com a Lei Complementar nº 95/98, nada havendo a reparar neste sentido.

Finalmente, a emenda modificativa em questão pretende tão somente ajustar a linguagem ao termo técnico, com base no ordenamento jurídico vigente.

Conclusão

O projeto de lei é constitucional e legal, nada havendo a opor quanto à sua regular tramitação. Quanto à emenda modificativa ora apreciada, não altera em nada o parecer anteriormente exarado, constituindo-se em mera adequação da linguagem ao termo técnico, com base no ordenamento jurídico vigente.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Redação Final

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 460/05, de autoria do Deputado Marcos Isfer, que institui o Programa Estadual de Enfrentamento à Violência Sexual Infanto-Juvenil e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/05, de 08/08/05, em Projetos de Lei).**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 568/05, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera a reda-

ção do artigo 13, da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003 (IPVA). **Aprovado. (Publ. no DA nº 098/05, de 19/09/05, em Projetos de Lei)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 223/06, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que autoriza o Poder Executivo Estadual a instalar uma Unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL
PROJETO DE LEI Nº 223/06
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º Fica o Poder Executivo Estadual autorizado a instalar uma Unidade da Delegacia da Mulher no município de Sarandi.

Art. 2º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar recursos orçamentários para execução da presente lei.

Art. 3º O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 120 (cento e vinte) dias, a contar de sua publicação.

Art. 4º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 22.11.06.
(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 322/06, de autoria do Deputado Edson Strapasson, que fica denominado o Terminal Alto Maracanã no município de Colombo, Terminal de Transporte Coletivo Luiz Francheski. **Aprovado. (Publ. no DA nº 067/06, de 07/06/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 364/06, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que autoriza o Poder Executivo a doar o imóvel que especifica. **Aprovado. (Publ. no DA nº 075/06, de 26/06/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 390/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que dispõe sobre a política estadual de incentivo à cultura de bambu e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 080/06, de 01/08/06, em Projetos de Lei).**

ITEM 08

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 415/06, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Contorno Milton dos Santos, o contorno localizado na cidade de Andirá. **Aprovado. (Publ. no DA nº 085/06, de 14/08/06, em Projetos de Lei).**

2ª Discussão

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 121/06, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 019/06, que objetiva estabelecer normas sobre licitações, contratos administrativos e convênios no âmbito dos Poderes do Estado do Paraná, observando as normas gerais sobre a matéria, expedidas pela União. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª Discussão

ITEM 09

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 171/04, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que autoriza o Poder Executivo a instituir o Vale Turismo e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 039/04, de 10.05.04, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 171/04

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins tem como escopo a autorização para que o Poder Executivo institua o “vale turismo”, funcionando como uma compensação de crédito tributário, beneficiando os funcionários da empresa que o adotar em suas férias, com intuito de fomentar o turismo no Estado.

Constitucionalidade e legalidade

Apesar da legitimidade de iniciativa legislativa acerca de tributos estaduais, o objeto do projeto em questão, que é tratado como “compensação tributária”, não condiz com o que preceitua o Código Tributário Nacional sobre a mesma matéria. Para o CTN, compensação se define como:

Art. 170. A lei pode, nas condições e sob as garantias que estipular, ou cuja estipulação em cada caso atribuir à autoridade administrativa, autorizar a compensação de créditos tributários com créditos líquidos e certos, vencidos ou vincendos, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública.

A partir do artigo 1º do projeto de lei em questão, resta clara não a compensação do tributo, mas sim a “renúncia”, pois não haverá retorno tributário para a fazenda pública, e sim um “benefício” do crédito em atraso concedido à empresa contribuinte. Ou seja, a

empresa em débito com a fazenda pública poderia transformar parte dessa dívida num vale concedido aos funcionários, sem retorno da dívida devida aos cofres públicos.

Tendo em vista a caracterização da renúncia, observa-se a afronta à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/00), no que diz respeito à estimativa de impacto econômico. Dispõe a referida lei:

Art. 15. Serão consideradas não autorizadas, irregulares e lesivas ao patrimônio público a geração de despesas ou assunção de obrigação que não atendam o disposto nos artigos 16 e 17.

Art. 16. A criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa será acompanhado de:

I - estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois subsequentes;

II - declaração do ordenador da despesa de que o aumento tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias.

(...)

Uma vez não apresentando estudo de estimativa de impacto orçamentário-financeiro e, tampouco, declaração do ordenador da despesa, padece o projeto de requisito fundamental para configuração de sua legalidade.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei em questão encontra vício de legalidade frente à Lei Complementar 95/98, claro em seu artigo 4º no trecho em que preceitua: “...revogadas as disposições em contrário”. Nesse sentido, dispõe a referida lei:

Art. 9º A cláusula de revogação deverá enumerar, expressamente, as leis ou disposições legais revogadas.

Desta forma, somos de parecer favorável ao Projeto de Lei nº 171/04.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 171/04

P A R E C E R :

Apresentação

O presente projeto de lei, oriundo de autoria do nobre Deputado Luiz Carlos Martins, objetiva autorizar o Poder Executivo a instituir o Vale Turismo e dá outras providências.

Fundamentação

Esta Comissão instigada a se pronunciar, conforme preceitua o artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno desta Casa de Leis, entende que existe tendência de expansão nos negócios de empresas que tratam de serviços de turismo. Percebe-se, também, que com tal proposição objetiva-se estimular de forma considerável, o turismo interno em nosso Estado. Saliente-se ainda, que

trata-se de uma compensação de créditos, e não de um incentivo. Pois não existe renúncia fiscal, podendo ocorrer inclusive o adiantamento do recolhimento de tributos das empresas que pretendem conceder tal benefício.

Conclusão

Desta forma, opinamos favoravelmente ao projeto em tela.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.11.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
ADEMAR TRAIANO - Relator

ITEM 11

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 463/05, de autoria do Deputado Carlos Simões, que institui a Política de Prevenção à Violência Contra Educadores da rede de Ensino do Estado do Paraná. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 077/05, de 08.08.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 463/05

P A R E C E R :

Do relatório

Trata-se do Projeto de Lei nº 463/05 de iniciativa do Sr. Deputado Estadual Carlos Simões, que institui a Política de Prevenção à Violência contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná.

Da fundamentação

Chamada esta Comissão a manifestar-se de acordo com o disposto no artigo 43 do Regimento Interno, apura-se que o referido projeto visa estimular a reflexão através do desenvolvimento de atividades nas escolas voltadas ao combate à violência, vale dizer, que tal ação vem de encontro com o que prevê a nossa Carta Constitucional, apurando-se que o projeto de lei realizaria com extrema perfeição e profundidade a intenção constitucional, visto que a Carta Magna, em seu Preâmbulo, impõe ao Estado Brasileiro que assegure a concretização do bem-estar, da igualdade e da justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos e fundamentada na cidadania e dignidade humana, trazendo inclusive no seu artigo 5º o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Vale dizer, que o direito à segurança encontra-se exposto de forma clara e concisa e se o Preâmbulo é o espírito da Constituição-Cidadã, claro está que ela determina ao Estado que não meça esforços na busca dos instrumentos necessários, reais e possíveis para se alcançar aqueles resultados de forma verdadeira e pragmática e não somente formal.

E se a sociedade busca segurança aos educadores da Rede de Ensino no Estado, percebe-se, portanto, que a Carta Magna exige a tomada de medidas concretas e pragmáticas para a busca de suas finalidades, o que também deve ser feito com relação à prevenção à violência nas escolas públicas do Estado do Paraná.

O que se tem, pois, é que os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil são definidos em termos de obrigações transformadoras do quadro social e político retratado pelo constituinte quando da elaboração do texto constitucional. Em outro dizer, a expressão normativa constitucional significa que a Constituição determina uma mudança do que se tem em termos de segurança pública, exatamente para se alcançar a realização do valor supremo a fundamentar o Estado Democrático de Direito constituído. Mas como mudar, então, tudo o que se tem e se sedimentou na história política, social e econômica nacional?

Somente a ação afirmativa, vale dizer, a atuação transformadora, com a finalidade de implantar medidas preventivas e cautelares que a Constituição Brasileira garante como direito fundamental de todos, como se pretende no projeto de lei em comento.

Verifica-se, então, que não se repetiu apenas o mesmo modelo principiológico que adotaram constituintes anteriormente atuantes no país. Aqui se determina agora uma ação afirmativa: aquela pela qual se promova o bem de todos e se garante a segurança a todos.

Ademais e em última análise a constituição estadual prevê em seu artigo no seu artigo 177, a saber:

Art. 177. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Trata-se de uma obrigação de ação do Estado, com a colaboração da sociedade, vale dizer, que o Deputado enquanto representante do povo, encontra-se inserido diretamente nesta obrigatoriedade de atuação, cabendo a ele, a iniciativa para projetos de lei desta natureza, até porque a matéria não se encontra inserida nos números clausuros da competência exclusiva do Sr. Governador do Estado, não se tratando de atribuições das Secretarias de Estado, mas de matéria de cunho educacional e de segurança pública.

Da conclusão

Diante do exposto, esta Comissão de Constituição e Justiça apresenta parecer favorável ao presente Projeto de Lei nº 463/05, por não encontrar vício de competência quanto à iniciativa nem tampouco qualquer embaraço jurídico impeditivo.

Sala das Comissões, em 27.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente
DELEGADO BRADOCK - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 463/05

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986.

A proposição sob análise visa criar uma política de prevenção que amplie a consciência de todos os integrantes da Comunidade Escolar sobre a importância de se combater a violência contra os profissionais da educação.

Em que pese considerarmos insuficiente a proposta para combater a violência, esta indica ao Estado do Paraná que desenvolva as ações conscientizadoras.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão, reservando-nos no direito de discutir o mérito em plenário.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente
TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 463/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Carlos Simões o presente projeto de lei visa instituir a Política de Prevenção à Violência Contra Educadores da Rede de Ensino do Estado do Paraná.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça recebendo parecer contrário e pela Comissão de Finanças a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta Comissão a manifestar-se conclui que o projeto de lei visa fortalecer as relações comunitárias, especialmente no combate a violência.

Qualquer atitude em prol da paz e contra a violência, é louvável. Um programa de prevenção à violência nas escolas, é uma medida fundamental para um futuro melhor para todos.

Diante do exposto, esta Comissão de Segurança Pública apresenta parecer favorável ao Projeto de Lei nº 463/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 12

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 485/05, de autoria do Deputado José Domingos Scarpellini, que institui o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais

e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e SP. COM EMENDA DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 82/05, de 16/08/05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 485/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei objetiva instituir o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais subordinadas à Secretaria de Estado da Justiça e Cidadania ou da Segurança Pública.

Fundamentação

Determina o artigo 5º da Constituição Federal, o qual trata dos Direitos e Garantias Fundamentais dos cidadãos, em seu inciso XLIX:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

XLIX - é assegurado aos presos o respeito à integridade física e moral;

Para o cumprimento dessa disposição constitucional, é necessário que se imponham limites com relação ao número de ocupantes dos presídios, para que seus ocupantes possam viver de forma humanamente aceitável.

Determina a Constituição Federal, em seu artigo 24, inciso I:

Art. 24 - Compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar concorrentemente sobre:

I - direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico;

O Estado é, portanto, competente para legislar sobre a matéria em questão, visto que se trata do controle do número de presos nas unidades prisionais, assunto de cunho do direito penitenciário.

No que tange à iniciativa legislativa, dispõe a Constituição Estadual, em seu artigo 66, inciso IV:

Art. 66. Ressalvado o disposto nesta Constituição, são de iniciativa privativa do Governador do Estado as leis que disponham sobre:

(...)

IV - criação, estruturação e atribuição das Secretarias de Estado e órgãos da administração pública.

O projeto traz atribuições às Secretarias de Estado da Justiça e de Direitos Humanos e à da Segurança Pública, matéria que seria de iniciativa privativa do Poder Executivo. Para corrigir o que poderia resultar em um vício de iniciativa, sugere-se a supressão, através de emenda, do parágrafo único do artigo 4º do referido projeto.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe

sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Desta forma, o parecer é pela aprovação do presente projeto de lei, nos termos da emenda supressiva anexa.

Sala das Comissões, em 25.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
EMENDA SUPRESSIVA AO
PROJETO DE LEI Nº 485/05

Suprime o parágrafo único do artigo 4º do Projeto de Lei Ordinária nº 485/05, passando o mesmo a vigorar com a seguinte redação:

Art. 4º Todos os presos condenados que cumprem pena sob guarda da Polícia Civil, em cadeias públicas, delegacias de polícia e distritos policiais, serão removidos para estabelecimentos penais adequados, conforme o regime inicial de cumprimento de pena ou determinado pelo Juiz de Execuções Criminais.

Sala das Comissões, em 25.08.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

CARLOS SIMÕES - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 485/05

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

“À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária, empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador; Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 5 de novembro de 1986.

O projeto em tela busca assegurar que as unidades prisionais não mantenham presos em número superior à sua capacidade real.

Nos termos da proposição o recebimento de um novo preso está condicionado à transferência de outro para outra unidade prisional.

A CCJ manifestou-se pela tramitação regimental, pois presentes os requisitos materiais e formais de admissibilidade, apresentando emenda supressiva ao parágrafo único do artigo 4º.

O parágrafo único previa que a Secretaria de Estado da Justiça e de Direitos Humanos deveria assumir,

progressivamente, a organização, coordenação, inspeção e fiscalização das cadeias públicas.

O parecer é favorável à tramitação da proposição, pois presentes os requisitos formais e legais no tocante à competência desta Comissão.

Sala das Comissões, em 30.11.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 485/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado José Domingos Scarpe-llini o presente projeto de lei visa instituir o Sistema de Número Fechado para as unidades prisionais e dá outras providências.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça e pela Comissão de Finanças recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar, conclui que:

O projeto de lei visa garantir que as unidades prisionais não mantenham presos em número superior a sua capacidade normal.

A superlotação é um problema preocupante em nosso Estado, com esta importante medida o autor pretende minimizar este grave problema.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 485/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 509/05, de autoria do Deputado Delegado Bradock, que dispõe sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares, que encontram-se na ativa. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF, CSP e SP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 88/05, de 29/08/05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PEDIDO DE VISTAS AO
PROJETO DE LEI Nº 509/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, dispõe sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares, que encontram-se na ativa. Solicitamos vistas em função do mesmo ter recebido parecer contrário do nobre Deputado Barbosa Neto, baseado no artigo 66, inciso IV da Constituição

Estadual (competência privativa do Governador do Estado).

Atentos a leitura do projeto e de seu mérito, concluímos que, de acordo com o artigo 53 da Constituição Estadual, que diz:

Art. 53. Cabe à Assembléia Legislativa, com a sanção do Governador do Estado, a qual não é exigida, no entanto, para o especificado no artigo 54, dispor sobre todas as matérias de competência do Estado, especificamente:

(...)

XI - organização do Ministério Público, da Procuradoria-Geral do Estado, da Defensoria Pública, do Tribunal de Contas, da Polícia Militar, da Polícia Civil e demais órgãos da administração pública;

Concluímos que nosso voto divergente está fundamentado no direito constitucional, visto o que reza nossa Constituição acima transcrita, bem como entendemos que o presente projeto não cria cargos nem funções, portanto, não onerando os cofres públicos. Ele somente institui que se passe a realizar exame psiquiátrico a fim de manter saudáveis nossos servidores, cujo direito lhes é garantido constitucionalmente.

Portanto, somos de parecer favorável à tramitação do projeto, e posterior apreciação do Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 04.10.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 509/05

P A R E C E R :

Relatório

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Deputado Delegado Bradock, tem por objetivo dispor sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares, que encontram-se na ativa.

Fundamentação

A Comissão de Constituição e Justiça apresentou parecer favorável ao presente projeto.

Conclusão

Chamada a opinar esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno desta Casa, entende esta relatoria que a proposta em questão visa selecionar e melhor treinar a força policial, para trabalhar com a população em suas diversas situações. Cumpridas as exigências, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação.

Sendo assim, apresentamos parecer favorável ao encaminhamento ao Plenário para a apreciação finalística da proposta em tela.

Sala das Comissões, em 07.12.05.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

CESAR SELEME - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 509/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Delegado Bradock, o presente projeto de lei dispõe sobre exame psiquiátrico em policiais civis e militares, que encontram-se na ativa.

A proposição foi analisada anteriormente pelas Comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Saúde, recebendo parecer favorável.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar, conclui-se que:

O projeto de lei visa determinar a obrigatoriedade da realização de uma avaliação com profissionais da área da saúde, com a finalidade de constatar a capacidade laborativa do policial.

Este exame é de fundamental importância para atestar a plena condição do policial.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 509/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE
PROJETO DE LEI Nº 509/05

P A R E C E R :

O referido projeto de lei dispõe sobre a obrigatoriedade da realização de exame psiquiátrico em todos policiais civis e militares da ativa, a cada doze meses.

Pretende com a iniciativa, o nobre Deputado Delegado Bradock, disponibilizar uma polícia mais adequada aos cidadãos, além de preservar a saúde dos próprios policiais.

Sob o ponto de vista da Comissão de Saúde, a iniciativa merece prosperar, já que o seu fundamento é de relevância social e de saúde de um importantíssimo segmento dos servidores públicos.

Isto posto, somos de opinião pela regular tramitação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 28.03.06.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
RENI PEREIRA - Relator

ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 558/05, de autoria do Deputado Ademar Traiano. As emissoras de rádio e televisão abertas ficam obrigadas a veicular, durante a sua programação, informações a elas transmitidas pelas Polícias Civil e Militar a respeito de crianças sequestradas, possibilitando a rápida disseminação da notícia e a localização da criança que se encontra em perigo atual. COM

PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e SP. (Publ. no
DA nº 96/05, de 14/09/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 558/05

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, tem como objetivo dispor acerca da obrigatoriedade de veiculação por emissoras de TV e rádio, a título de Utilidade Pública, informações sobre crianças sequestradas, nos moldes que especifica.

A medida não está entre aquelas cuja competência seja privativa da União, constantes do artigo 22 da CF, e, considerando que a disposição do artigo 25, parágrafo 1º possibilita aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas pela Constituição Federal, pode ser considerado em condições de andamento.

Abstraindo do mérito que deve ser apreciado por quem de direito e conhecimento na área de segurança, apenas sob o ponto de vista da CCJ, opino pela regular tramitação do presente.

Sala das Comissões, em 23.05.06.

(aa) RATINHO JÚNIOR - Presidente em exercício
RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 558/05

P A R E C E R :

De autoria do Deputado Ademar Traiano, o presente plano de lei objetiva obrigar as emissoras de rádio e televisão abertas a veicular, durante a sua programação, informações a elas transmitidas pelas Polícias Civil e Militar a respeito de crianças sequestradas, possibilitando a rápida disseminação da notícia e a localização da criança que se encontra em perigo atual.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer favorável.

Chamada esta Comissão de Segurança Pública a opinar, conclui-se que:

O projeto de lei visa estabelecer uma parceria estratégica entre o Poder Público e a comunidade, intermediada pelos meios de comunicação, rádio e televisão, que estarão prestando à comunidade um serviço de utilidade pública de grande relevância.

Os meios de comunicação, são de fundamental importância na divulgação das notícias, auxiliando no combate ao crime em nosso Estado.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 9º, do Regimento Interno, opinamos pela aprovação da matéria, através do parecer favorável ao Projeto de Lei nº 558/05.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) BARBOSA NETO - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Para discutir, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, acho que aqui há um equívoco da CCJ e solicitaria a V. Exa, dentro daquilo que determina a lei, porque não podemos aprovar aqui algo que é contra a Constituição. Este projeto de autoria do Deputado Ademar Traiano que obriga as emissoras de rádio a fazer essa divulgação, isso não é permitido e não tem amparo legal nenhum a nível de Estado. Essa lei só pode ser regulamentada por Brasília, de acordo com o artigo 22, IV, da Constituição - só compete à União, somente a União pode legislar nas questões que envolvam a questão de comunicação e as rádios não podem ser obrigadas. As rádios já são obrigadas a transmitir aquela famosa Voz do Brasil há muitos anos, o que é uma obrigação que vem de Brasília. Agora, a nível de Estado as emissoras de rádio nunca deixaram de divulgar, todas as rádios e principalmente as emissoras que fazem parte do dia-a-dia deste Paraná nunca se negaram a fazer qualquer tipo de divulgação nesse sentido e eu mesmo divulgo, quando a polícia pede a cada instante, nós sempre divulgamos. Agora, essa palavra “obrigar”, primeiro ela está fora de legislação. Perdoe-me nosso Presidente aqui, o Deputado Durval Amaral, mas a CCJ não poderia ter aprovado isso. Nós não podemos legislar em lei nacional. Essa lei compete só à Constituição Federal, às telecomunicações, ao Ministério das Comunicações.

A idéia, Deputado Ademar Traiano, não é ruim e eu até gostaria de sugerir a V. Exa. que esse projeto voltasse e viesse como sugestão, mas não obrigação. A sugestão fará com que as emissoras sintam-se à vontade, como vêm fazendo. Agora, obrigar as emissoras de rádio e televisão do Paraná, primeiro a lei não permite e segundo essa imposição o Parlamento estadual não pode fazer, porque só pode legislar, no que se refere à questão de telecomunicações neste País, de acordo com o artigo 22, IV, da Constituição Federal, a União, o Ministério das Comunicações.

Por isso, Sr. Presidente, pediria ao nosso Deputado Ademar Traiano, porque o projeto dele tem um lado bom, que ele está tentando proteger as crianças e eu concordo plenamente. É um projeto bom, mas não pode obrigar, como certa vez acho que foi aqui em Curitiba que a Câmara de Curitiba aprovou um projeto que obrigava as rádios a tocar só músicas dos cantores do Paraná. Isso é ilegal, é inconstitucional! Não pode ser legal isso.

Então, sugeriria, Deputado Traiano, porque seu projeto é bonito, acho que é um projeto interessante, as emissoras de rádio fazem isso, mas acho que é inconstitucional, de acordo com a legislação em vigor hoje a nível nacional. E sugeriria a V. Exa. e ao nosso Presidente, que esse projeto voltasse e viesse como sugestão às emissoras de rádio e televisão.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Deputado Jocelito, o nosso objetivo quando apresentamos esse projeto, na verdade, é darmos guarida e proteção às crianças do Estado do Paraná, em situações adversas, às famílias do Paraná, quando casos de seqüestro possam ocorrer no Estado. Nós fomos buscar essa idéia, na verdade, de um projeto de lei idêntico a esse nos Estados Unidos. Lá existe uma lei dessa natureza que em casos de seqüestros de crianças imediatamente foram sanados e solucionados em função da urgência e da ação rápida da Polícia Militar e das emissoras de rádio, como um todo, e os fatos foram elucidados no mesmo momento. Porque o que ocorre em casos de seqüestro é que muitas vezes a própria polícia, até para se resguardar de algumas situações, ela não torna o fato público. E nós estamos prejudicando sensivelmente as famílias e as próprias crianças deste Estado.

Então, o nosso objetivo na verdade é fazer com que esse projeto tenha um cunho altamente social, possamos até estar colocando uma palavra que possa estar contradizendo aquilo que a legislação estabelece. Mas, eu acredito, que o bom senso deva prevalecer. O meu projeto está em primeira discussão, poderá ser submetido ainda, podem ser apresentadas emendas, e V. Exa. poderá fazer, neste momento, uma emenda talvez modificando a palavra “obrigados” por um outro termo que concilie os interesses que estamos pretendendo e que possa proteger a família paranaense e situações dramáticas. Nós temos, aqui, um caso idêntico: temos o caso de um filho de uma Deputada que sabe muito bem as dificuldades que viveu diante desse quadro. E é exatamente com esse objetivo que nós estamos apresentando esse projeto. Portanto, V. Exa. tem a oportunidade de apresentar uma emenda neste momento e discutirmos, na seqüência, o projeto que voltará à CCJ para ser apreciado e aí analisarmos em segunda discussão.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, quero defender, aqui, a aprovação desse projeto de autoria do Deputado Ademar Traiano. Nós que trabalhamos no dia-a-dia na rádio sabemos que é importante que as emissoras possam consignar um espaço para a defesa da vida humana no momento mais difícil que as famílias atravessam. Sabemos dos dramas e das preocupações que afetam aqueles que convivem nesse seio familiar. Tanto no rádio, como na televisão, aqui fala também um jornalista, um radialista, achamos esse projeto extremamente interessante e, portanto, somos favoráveis para que ele seja aprovado em primeira discussão na tarde de hoje.

A questão da constitucionalidade e da legalidade já foram discutidas na Comissão de Constituição e Justiça, estamos em primeira discussão. E fico com o Deputado Ademar Traiano, Deputado Jocelito, nada impede que V. Exa. possa emendar esse projeto. Nós já discutimos a

questão da constitucionalidade dentro da Comissão de Justiça. Agora é a primeira discussão. Nós podemos lembrar, aqui, que o Governo Federal, através dos seus ministérios, requisita aos órgãos de comunicação que são concessões do governo, para que sejam colocadas as notas de utilidade pública, a fala de Ministro, ou mesmo de Presidente da República. E não nos cabe questionar essa determinação. Agora, por que não os familiares? Por que não as vítimas de seqüestros, as vítimas de violência sexual, não possam também ter num canal de comunicação o direito de demonstrar a admoestação, o seu momento de sofrimento psicológico, de tortura até?

Nós somos favoráveis a esse projeto. Lembro até de um projeto de autoria de V. Exa. que deverá entrar aqui nesta pauta também, cuja constitucionalidade também é questionável

cujas constitucionalidade também é questionável, nós, no momento oportuno podemos trazê-lo à baila aqui, mas trata-se de um fundo pecuniário. Quanto vale uma vida, Deputado Jocelito Canto? V. Exa. pela experiência como repórter policial compreende perfeitamente que este projeto tem o escopo definitivo de salvaguardar a integridade daquelas pessoas e usar os meios de comunicação, Deputado Ratinho Júnior, para ajudar a salvar vidas, Deputada Arlete Caramês, cujo nome foi instado também neste momento pelo Deputado Jocelito Canto.

Portanto, encaminho de forma favorável, votarei para aprovação em 1ª Discussão do item 14 da pauta desta tarde.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto do valoroso Deputado Ademar Traiano tem, sim, mérito, inclusive há uma preocupação muito grande colocada aqui pelo Deputado Barbosa Neto quanto à situação em que vive a família sob pressão quando tem um ente, ou seqüestrado, ou prisioneiro ou de forma ilegal retida a sua liberdade. Entretanto não assiste a questão da legalidade, da constitucionalidade. O Deputado Jocelito Canto, bem levantou, aqui, o que estamos votando hoje é a constitucionalidade. Se nós não temos a constitucionalidade não temos como votar aqui. Por isto eu sugiro à Casa, ao Plenário e ao Deputado Ademar Traiano que possamos retirar o projeto de Pauta para que sejam feitas as correções, que se ajuste o projeto para que a idéia do Deputado Ademar Traiano possa ser efetiva.

Ainda mais quando o Deputado alegou aqui que o exemplo no qual ele se baseou foi dos Estados Unidos nós devemos observar que a legislação é diferente. Lá é uma confederação efetiva e cada Estado, membro da federação, tem competência legal, legislativa, constitucional para propor qualquer medida. Há Estados, nos Estados Unidos, que admitem pena de morte, outros não admitem porque eles têm esta autonomia na sua Consti-

tuição. Não é o nosso caso, nós dependemos do ordenamento federal. Oportunidade que o Deputado Barbosa Neto, com certeza, pode apresentar um projeto desses no Plenário do Congresso Nacional e ter a oportunidade de transformá-lo em lei.

Por esta razão seria oportuno, que a iniciativa do Deputado Ademar Traiano, que se retirasse o referido projeto da pauta e ele voltasse para discussão na CCJ. Um grupo de Deputados ou o próprio Deputado Ademar Traiano fazer uma emenda adequando.

Muito obrigado.

A SRA. ARLETE CARAMÊS (PPS) (Para Encaminhar)

O projeto é importante? Claro que é. Eu tenho um filho desaparecido, isso é muito importante mas eu quero ressaltar o seguinte: quando desaparece uma criança, a imprensa toda se mobiliza. Passando um ano ela esquece. Esporadicamente ela divulga um caso ou outro, meu filho, quinze anos, então nem se cita mais, só se acontece um fato. Agora, quando desaparece uma criança, realmente toda a imprensa se mobiliza, todos os jornais, rádios, televisão se mobilizam. Passado um certo tempo, não!

Muito obrigada.

O SR. ADEMAR TRAIANO (PSDB)

Sr. Presidente, atendendo ao apelo dos Srs. Parlamentares e até para procurarmos aperfeiçoar o presente projeto nós vamos retirá-lo. Solicitamos a retirada do projeto, por cinco Sessões da pauta, para podermos apreciá-lo na seqüência. Vamos formalizar o pedido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação o Requerimento nº 2567 de autoria do Deputado Ademar Traiano, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por cinco Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 558/05.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 744/05, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Diretor e da Diretoria de Escola, a ser comemorado todo dia 12 de novembro, em todo o território do Estado do Paraná. **PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado. (Publ. no DA nº 132/05, de 28.11.05, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 744/05

P A R E C E R :

Relatório

Projeto de lei, de iniciativa do ilustre Deputado Luiz Nishimori, que pretende instituir, no âmbito do

Estado do Paraná, o dia do Diretor e da Diretora de Escola, a ser comemorado todo o dia 12 de novembro, em todo o território do Estado do Paraná.

A proposição é justificada por seu autor pelo fato de os Diretores e Diretoras de Escola terem responsabilidades que os impõe dedicação, com jornadas extrapoladas, em prejuízo seu próprio e de sua família, para o benefício da comunidade em geral em que prestam seus serviços, o que deve ser reconhecido com a inclusão de um dia exclusivo em sua homenagem.

Voto do Relator e Fundamentação

A proposição em questão é devidamente amparada constitucional e legalmente, posto que é de competência estadual legislar sobre a instituição de dia de homenagem a determinadas classes, no âmbito do Estado.

Quanto à técnica legislativa, todos os requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração e redação das leis, foram atendidas.

Ademais, o artigo 215 da Constituição Federal estabelece que o Estado garantirá, entre outros, o apoio e incentivo à valorização das manifestações culturais, protegendo os grupos participantes do processo civilizatório nacional, e os diretores e diretoras de escola com absoluta certeza compõem um grupo destacado neste processo, o que torna justa e legítima a presente homenagem.

Conclusão

Sendo assim, somos de parecer favorável, quanto à constitucionalidade, legalidade e juridicidade, ao Projeto de Lei nº 744/05, de iniciativa do ilustre Deputado Luiz Nishimori, que institui o Dia do Diretor e da Diretora de Escola, a ser comemorado todo dia 12 de novembro, em todo o território do Estado do Paraná.

Sala das Comissões, em 11.11.05.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ELTON CARLOS WELTER - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 786/05, de autoria do Deputado Jocelito Canto, que dispõe sobre a divulgação dos custos de propaganda realizados pelo Governo do Estado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 145/05, de 13.12.05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 786/05

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei ora apresentado pelo nobre Deputado Jocelito Canto tem como escopo impor ao Governo do Estado, bem como todas as pessoas jurídicas de direito público, que evidenciem seus gastos com qualquer publicidade feita por meio da mídia, inserindo o valor desses gastos na própria publicação.

Constitucionalidade e Legalidade

Conforme preceito constitucional, é dever da Administração Pública dar publicidade aos seus atos, de acordo com o artigo 37, *caput*, da Constituição Federal:

Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...).

Ainda, consta na Constituição Federal, em seu artigo 165, parágrafo 3º:

Art. 165. Leis de iniciativa do Poder Executivo estabelecerão:

(...)

§ 3º O Poder Executivo publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre, relatório resumido da execução orçamentária.

Não há, no artigo citado, qualquer oposição à matéria do projeto em tela. Essa disposição da Constituição Federal não restringe a publicidade orçamentária ao relatório bimestral, apenas impõe a existência do mesmo, podendo haver, pois, outros meios além daquele para tornar públicos os repasses orçamentários.

Diante dessas fundamentações, esta Comissão opina pela aprovação do projeto de lei em análise.

Sala das Comissões, em 06.06.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 786/05

P A R E C E R :

A competência da Comissão de Finanças está prevista no parágrafo 3º do artigo 33 do Novo Regimento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná:

À Comissão de Finanças compete manifestar-se sobre todas as proposições, inclusive de outras Comissões, que concorram para aumentar ou diminuir despesa pública; sobre atividades financeiras do Estado; matéria tributária; empréstimos públicos; fixar, em cada Legislação, para ter vigência na subsequente, a remuneração dos Deputados; fixar para cada exercício financeiro a remuneração do Governador, Vice-Governador do Estado e Secretários de Estado; e submeter previamente à Comissão de Fiscalização os processos referentes à Lei nº 8358, de 05 de novembro de 1986.

A proposição sob análise amplia as possibilidades de divulgação de gastos públicos realizados pelo Estado do Paraná.

Dispensável lei desta natureza se respeitados os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e demais regras de publicidade previstas na Lei Complementar 101/00 e Estatuto da Cidade - Lei 10257/01.

A presente proposição, em nada amplia as despesas públicas, portanto, desnecessários outros dados para análise da Comissão de Finanças.

Presentes os requisitos formais e legais deve a proposição seguir seu trâmite regimental.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.09.06.

(aa) ELIO RUSCH - Presidente

TADEU VENERI - Relator

Em votação.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

(Para Encaminhar)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, esse é um projeto legal que essa Assembléia está fazendo e que vem tratar de comunicação no Paraná. Nós temos visto, ao longo dos anos muitas confusões com a mídia, com a publicidade. Lançamos esse projeto na tarde de hoje, que visa que toda publicidade feita pelo Estado do Paraná, a partir deste projeto, o custo seja devidamente apresentado na peça publicitária. Portanto, Deputado Carlos Simões, se lá na sua emissora surgir um comercial do Estado, de trinta segundos, esse comercial terá que ser de 29,40. Vinte centésimos terão que ser guardados para colocar qual o custo dessa inserção. Então, este comercial custou mil reais. A Rede Globo vai noticiar lá no Jornal Nacional, uma propaganda do Estado, de um minuto. Então, vai ter que constar, embaixo, o custo do comercial, que a produção custou dez mil reais. Assim, em todos os momentos e em toda peça publicitária que o Governo fizer no Jornal, na Rádio, terá que ter o custo da peça orçamentária.

Peço aos Srs. Deputados que nos ajudem nesse projeto. É um projeto inédito no país e transparente para todo o nosso Estado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermes Brandão**)

Em votação o projeto.

Aprovado.

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 264/06, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, que proíbe a venda de rifas por alunos das escolas estaduais. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CECECT. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/06, de 17.05.06, em Projetos de Lei).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 264/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O projeto de lei em questão tem como objetivo proibir a venda de rifas nas escolas estaduais, com a fundamentação de que as crianças ficam expostas a riscos por adultos delinquentes.

Fundamentação

Verificamos que a venda de rifas não faz parte do currículo escolar básico, sendo uma deliberação das esco-

las tal implementação. Portanto não faz parte do Sistema Estadual de Ensino, conforme a Lei 4.978/64.

Verificamos no artigo 25, parágrafo 1º, da Constituição Federal:

Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios dessa Constituição.

§ 1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas.

Como não é vedada, conseqüentemente é autorizada pela Constituição Federal, visto que não há nenhuma disposição contrária a tal matéria, nem em âmbito constitucional e nem em âmbito infraconstitucional.

Com relação à técnica legislativa, o projeto atende aos requisitos da Lei Complementar nº 95/98, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Portanto, diante do exposto, o nosso parecer é favorável à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RENI PEREIRA - Relator

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTES, CIÊNCIA E TECNOLOGIA PROJETO DE LEI Nº 264/06

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão tem como objetivo proibir a venda de rifas nas escolas estaduais, visando proteger a criança à exposição de humilhação e a possíveis situações de constrangimento e violência. Fazendo-se cumprir os Direitos da Criança e do Adolescente estabelecidos pelo ECA.

As Escolas Estaduais de Curitiba têm a prática de disponibilizar rifas, cartelas de bingo e afins para alunos efetuarem a venda, com o objetivo de arrecadar recursos para viabilizar diversas atividades desenvolvidas pelas escolas e entidades. Tal prática, muitas vezes, é obrigatória e quando a criança não obtém êxito na venda de suas rifas, fica submetida ao constrangimento perante a escola e até mesmo aos seus coleguinhas de classe.

Ainda, é uma prática altamente perigosa à criança, que terá que vender estas rifas, ficando expostas aos mais variados atos de violência, como atropelamento, seqüestro, abusos sexuais, drogas e outras periculosidades que se afluam em nossa sociedade. Sobre tal assunto, estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA:

Art. 18. É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.

Nesta mesma linha, podemos ver também na mesma lei:

Art. 70. É dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente.

Também não podemos deixar de verificar que a venda de rifas por crianças menores de idade configura trabalho infantil, ato totalmente proibido por nosso ordenamento, como trás o ECA:

Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.

Sendo assim, fica clara a idéia de que uma criança, ao ter que vender uma quantidade mínima de rifas, não esteja desenvolvendo um tipo de trabalho, mesmo que de forma implícita.

Verificamos também que a venda de rifas não faz parte do currículo escolar básico, não é uma determinação do Sistema Estadual de Ensino, sendo uma deliberação das escolas tal implementação. Sendo sua proibição um ato de proteção aos alunos, no acarretando qualquer tipo de conteúdo básico escolar.

Ante o exposto, e certo da importância do tema em fazer cumprir os Direitos da Criança e do Adolescente dentro da perspectiva de se evitar a exposição e humilhação e a possíveis situações de constrangimento e violência que possa ser submetida às crianças, opinamos pela aprovação do projeto de lei.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) ELZA CORREIA - Presidente

NELSON JUSTUS - Relator

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/06, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que concede o título de Cidadão Honorário ao Dr. Marco Antônio Laffanchi. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 081/06, de 07.08.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 393/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O presente projeto de lei tem como escopo conceder título de cidadão honorário ao Dr. Marco Antônio Laffanchi.

Essa Comissão se manifesta favoravelmente.

Sala das Comissões, em 28.08.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

RATINHO JÚNIOR - Relator

Consulto o Sr. Deputado Barbosa Neto se vai encaminhar o projeto.

O SR. BARBOSA NETO (PDT)

Sim, Sr. Presidente, eu gostaria de encaminhar favoravelmente à aprovação de um Título de Cidadão Honorário do nosso Estado, para o Chanceler da Unopar, Universidade Norte Paranaense, Dr. Marco Laffanchi,

cuja universidade é considerada hoje, a maior da América Latina nos cursos à distância e que o Norte do Paraná possui o “know how” que já está sendo exportado para a América Latina e também nos Estados Unidos. É importante que esse Título seja feito e aprovado nesta tarde, para um homem que gera mais de cinco mil empregos no nosso Estado. Além de educador, ex-professor, que criou a antiga FEFI, Faculdade de Educação Física, no Colégio São Paulo e que hoje tem extensão não só em Londrina, mas nos municípios de Bandeirantes e também de Arapongas e com braços estendidos para todo o território nacional, no ensino à distância.

Nós homenageamos esse grande brasileiro que é o Dr. Marco Antonio Laffanchi e esperamos a compreensão dos demais Pares desta Casa, para um homem que gera empregos, paga impostos e que difunde a educação, que é a maior forma de se fazer a verdadeira inclusão social, não só na área da educação, mas na área da tecnologia onde, através das fazendas experimentais que a Unopar possui, tratando da melhoria genética do gado e também de outros experimentos que visam a melhoria da qualidade de vida de todos brasileiros e todos nós paranaenses.

Portanto, somos de parecer favorável.

Já tivemos os pareceres dentro das Comissões legais da Casa e gostaríamos de pedir aqui, aos demais Deputados, o voto SIM, o voto favorável para o Título de Cidadão Honorário do nosso Estado para o Dr. Marco Laffanchi, Chanceler da Unopar, a Universidade Norte Paranaense.

Obrigado Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Chamada nominal dos Srs. Deputados para votação.

Os que forem favoráveis à concessão: SIM. Os contrários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Trinta e nove Deputados votaram favoravelmente.

Está aprovado em 1ª Discussão.

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 511/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ator Paulo Betti. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. (Publ. no DA nº 119/06, de 31.10.06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 511/06

P A R E C E R :

Relatório

O projeto de lei acima ementado, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, concede em seu artigo 1º o

Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao ator Paulo Betti.

Quanto aos aspectos sobre os quais deve esta Comissão se manifestar, nada temos a opor, pois estão obedecidos os preceitos constitucionais no que diz respeito à competência legislativa do Deputado Ângelo Vanhoni - autor do projeto, estando, portanto presente o princípio da admissibilidade.

Conclusão

Assim, chamada esta relatoria a se manifestar sobre a constitucionalidade, legalidade e técnica legislativa, nosso parecer é favorável a este projeto de lei.

Sala das Comissões, em 14.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

HERMES FONSECA - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Em primeiro lugar, Sr. Presidente, fazer uma correção. A Mesa foi induzida a um erro, por conta do Relator da Comissão de Constituição e Justiça. Esse projeto é de autoria do Deputado Natálio Stica e Ângelo Vanhoni.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vou ver com a assessoria.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Não há problema nenhum, Sr. Presidente. Está em casa, nós dois...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

V. Exa. tem toda a razão. V. Exa. foi proponente, também, assinou inclusive em primeiro lugar, e depois o Deputado Ângelo Vanhoni.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (Para Encaminhar)

Mas, isto só pode fazer uma correção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, muito rapidamente, pedimos o voto SIM neste título ao ator Paulo Betti, ator de reconhecimento nacional e internacional, pelos relevantes serviços que ele tem prestado ao nosso Estado.

O Estado do Paraná é, sem sombra de dúvida, hoje conhecido mundialmente pelos filmes que este Diretor, Paulo Betti, tem feito no nosso Estado. Agora, recentemente foi rodado inteiramente no nosso Estado, o filme Cafundó, que foi premiado por diversas vezes, dezesseis prêmios nacionais e internacionais, levando portanto o Estado do Paraná, saindo o nosso Estado para além fronteiras, indo para o resto do mundo por conta do filme Cafundó, rodado cem por cento no Estado do Paraná, privilegiando cidades como Ponta Grossa, Lapa, Morretes, Paranaguá, Castro, enfim, cidades históricas do nosso Estado e porque não dizer o Paraná todo beneficiado somente com este longa-metragem chamado Cafundó.

Este e outros trabalhos deste ator levam nome do Estado a todo o Brasil e internacionalmente, pelos feitos deste ator, que tem tanto ajudado nosso Estado é que pedimos o voto SIM neste título.

Muito obrigado!

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Para Encaminhar)

Também quero me associar aos portadores da cidadania honorária do Paraná ao ator e diretor de cinema, Paulo Betti, meu dileto e estimado amigo, casado com maça de tradição paranaense, neta de D. Raquel Carneiro do Amaral, da família do antigo Coronel David Carneiro.

Paulo Betti, apesar de carioca, tem fixado sua filmografia no cenário e na tradição do Paraná. Especificamente no filme Cafundó, retrata história de quilombos e quilombolas, de negros libertos e audaciosos, tropeiros. E filma suas tomadas em Castro, Ponta Grossa, no sertão de Iataiacoca, nos Campos Gerais, na cidade de Santo Antonio da Lapa, antiga Vila Nova do Príncipe, e também em Paranaguá.

Paulo Betti notabiliza, neste filme, o grande talento do ator negro, Lázaro Ramos, que é também uma expressão singular da cultura brasileira.

O cinema gera empregos. O cinema gera rendas. O cinema agrega valor aos lugares que focaliza. E nunca é demais lembrar que o cinema foi uma estratégia de propaganda e desenvolvimento dos Estados Unidos, que o Presidente Roosevelt, depois da depressão, resolveu fazer do cinema uma propaganda do jeito americano de viver, american way of life, e transformou o cinema na grande indústria propulsora das outras indústrias. Por exemplo, pelo cinema se ensinou o mundo a fumar cigarros. Agora, pelo cinema estão ensinando o mundo a esquecer dos cigarros. Os cigarros eram usados pelos soldados, nas trincheiras de guerra, mas não eram comercializados. O cinema vendeu a indústria do tabaco dos Estados Unidos. E a indústria dos apartamentos, e as máquinas, e a da televisão e a da beleza. Então, o cinema é uma estratégia de desenvolvimento não só cultural, como turístico, como econômico.

Por isto é bom que o Paraná tenha uma indústria de cinema e seja um Estado com cidades cenográficas. Merece o Paulo Betti esta proposição do Deputado Vanhoni, que é muito acertada, de que venha a ser paranaense e fazer cinema entre nós.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Para Encaminhar)

Quero parabenizar aqui o Deputado Natálio Stica por essa iniciativa e apenas fazer uma pequena correção na fala do Deputado Rafael Greca que discorreu, brilhantemente, sobre a indústria cultural. Porém o ator Paulo Betti, não é carioca, ele é nascido em Rafar, município do interior de São Paulo e começou a sua carreira em Bauru. Mas nós somos favoráveis porque tem prestado um grande serviço ao nosso Estado, difundindo o Paraná para o mundo inteiro, utilizando principalmente artistas para-

naenses, e, principalmente artistas do interior e também dessa Capital.

O SR. JOCELITO CANTO (PDT) (Para Encaminhar)

Somente, Sr. Presidente, para cumprimentar o Deputado Natálio Stica, e por o Paulo Betti ter filmado também na região de Ponta Grossa, nos Campos Gerais, nós somos favoráveis a esse lançamento, a esse projeto. E fico triste que o Deputado Barbosa Neto, que está indo para Brasília, acho que não com a intenção, mas acaba em alguns momentos por prejudicar a performance do nosso quase Secretário de Cultura do Paraná, Rafael Greca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. RAFAEL GRECA (PMDB) (Pela Ordem)

Eu quero só fazer uma ressalva que quem nomeia os Secretários é o Governador eleito, não pode ser nomeado pelo Jocelito Canto, embora aprecie a idéia.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Os que forem favoráveis ao projeto, SIM; os contrários, NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

Trinta e oito Deputados votaram SIM, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Está aprovado em 1ª Discussão com 38 votos favoráveis.

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 006/05, de autoria da Comissão de Tomada de Contas, que aprova a prestação de contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício de 2002. COM PARECER FAVORÁVEL DA COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 006/05

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2002.

Art. 2º Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(a) COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

Apoiamento:

Ademar Traiano, Barbosa Neto, Marcos Isfer e Antonio Anibelli.

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS PROPOSIÇÃO Nº 086/04

P A R E C E R :

Através do Ofício nº 515/03, datado de 04 de agosto de 2003, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná, encaminhou a este Poder, os Pareceres Prévios da prestação de contas do Governo do Estado do Paraná, Protocolo nº 235.412/033-TC, referente ao exercício financeiro de 2002, em cumprimento ao artigo 87, inciso XI, da Constituição Estadual, que constituem o Balanço Consolidado acompanhado do Relatório de Execução Física do Orçamento-Programa do Estado do Paraná, e a prestação de contas do Tribunal de Contas do Paraná, do mesmo exercício.

Analizada a matéria em epígrafe, concluiu este Sr. Relator que as contas apresentadas encontram-se dentro dos aspectos econômicos e sociais, conforme Lei nº 4.320/64 e Lei Complementar Federal nº 101/2000, evidenciando o desempenho como um todo, no que diz respeito aos demonstrativos apresentados durante o exercício financeiro de 2002.

Pelo acima exposto, e pelas razões aferidas nos referidos relatórios, delibero pelo parecer favorável à aprovação das contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, exercício financeiro de 2002.

É o parecer favorável, aprovado.

Sala das Comissões, em 19.04.05.

(aa) DUÍLIO GENARI - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Em votação.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Na verdade, este é o momento mais importante da vida do legislador. O legislador tem várias atribuições importantes, entre elas aprovar orçamento e, após análise prévia do Tribunal de Contas, aprovar ou rejeitar as contas do exercício financeiro do Executivo Estadual. No caso de hoje, estamos analisando o exercício de 2002.

Sras. e Srs. Deputados:

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná, por meio da Resolução nº 4.194/03, deu parecer prévio favorável às contas do exercício financeiro do Governo do Estado do Paraná de 2002, mas trata, também, quanto às dificuldades encontradas pelo controle de atividades estatais, que vou ler aqui: “ineficiência de um eficiente planejamento; avaliação e controle de execução dos programas governamentais; falta de um controle eficaz sobre a execução do planejamento governamental; inexistência de uma contabilidade de custos e de controle regional; um controle de resultados ineficientes com serviços com prejuízo ao tesouro do Estado.” Não vou poder citar todos

porque sei que em quinze minutos não vai dar para ler tudo isso aqui.

Não foi enviada a resolução dos precatórios judiciais pagos no exercício, somente a inscrição e a movimentação destes. Portanto, esta Casa não tem o direito de saber, a sociedade paranaense tampouco, quanto foi pago de precatórios em 2002 e nem quais os precatórios.

Não foi enviado o demonstrativo financeiro às aplicações dos recursos do Fundef. Quer dizer, se o Governo aplicou no ensino fundamental ou não aplicou não é problema nosso, não temos que saber. No entanto, o Tribunal de Contas dá o parecer prévio e aqui vem para as nossas consciências dizer sim ou não àquilo que está na prestação de contas.

Não foram enviadas as cópias solicitadas nas atas das audiências públicas realizadas no exercício, em atendimento ao artigo 4º da Lei Complementar nº 101.

- Sobre a questão da educação: foram aplicados 21% e deveria ter sido aplicado 25%. Em 99 foram aplicados 23,8%; em 2000 - 22,06%; em 2001 - 21,32%; 2002 - 21,20%. Destaca-se que do total da aplicação em educação, por obrigação do Executivo, foram aplicados apenas 75,55% do total,

- ciência e tecnologia: foi aplicado 1,82%, sendo que o limite constitucional é 2%.

- os serviços públicos de saúde: deveria obedecer ao artigo 77 das disposições constitucionais que prega 12%, foram aplicados 9,08%;

- despesas com serviços de terceiros: não foi cumprido o artigo 72, da Lei Complementar nº 101/2000, Lei de Responsabilidade Fiscal que determina que elas deveriam ser de 12,38% da receita corrente líquida. E o índice obtido foi de 20,10%. Isso ocorreu em função da terceirização desmedida das funções do estado requerendo a adoção de medidas para coibir tal prática da administração pública do Estado;

- acréscimo do percentual de contratação de serviços de terceiros: acima do percentual permitido pela Lei de Responsabilidade Fiscal pode acobertar desvio com conseqüente burla no concurso público. Tal indício agrava-se na medidas em que foi verificada uma redução do número de pessoal contratado pelo Poder Executivo no ano de 2001 que era de 201.142 funcionários. Passou a 194.094; em 2002 o número foi de 1998;

- serviços autônomos: também com irregularidades;

- dos gastos com publicidade e propaganda: resalta-se que a Inspeção de Controle de Duração de Propaganda em 2002 foram superiores e que a Copel, a Sanepar, a Cohapar sequer prestaram contas ao Tribunal de Contas sobre os seus gastos em publicidade e propaganda. Sobre o assunto, manifestou-se a diretoria de assuntos técnicos, jurídicos, apontando em seu parecer a inexistência de uma série de prestações de contas.

Vejam, Srs. Deputados: em 98, 134.365.000,74 de dólares que naquela época o dólar era equivalente ao real. Logo em 99 baixou de 134 milhões de dólares para 39

milhões; impressionante que não há uma empresa que possa ter uma avaliação nesse sentido. Há aqui puro interesse político. Em 2000 já chegaram a 66 milhões de reais, em 2001, 75 milhões de reais. Agora já em 2002, 83 milhões de reais.

- Em relação ao programa com financiamento de organismos internacionais: programa de expansão, melhoria e inovação do ensino médio do Estado do Paraná - Proen: contrato de nº 950 do Banco Interamericano de Desenvolvimento, de 222 milhões de reais, sendo a contrapartida do Estado de 122 milhões de dólares. Em seu relatório a Auditoria apresenta ressalva sobre essa questão;

- quanto à análise econômica financeira: essa análise demonstra a capacidade que o Estado possui para garantir os empréstimos já mencionados.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: o Ministério Público do Estado do Paraná junto à Corte do Tribunal de Contas escreve o seguinte: *O Parecer nº 981/03 do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas é exclusivo pela possibilidade da rejeição das contas apresentadas, por apresentarem inúmeras irregularidades formais, materiais, detectadas no contexto do Parecer da Inspeção de Controle do Tribunal de Contas nº 087 e 121/03 da IGC.*

Ao entender diante das contas acometidas de inconsistência e explicações de maiores fatos, o Ministério Público se manifesta pela sua rejeição.

Eu gostaria, Sr. Presidente, ainda em tempo de dizer o seguinte, que as contas de 2002, 2003 mereceram parecer da Comissão de Tomada de Contas desta Casa, Projeto de Resolução nº 006/05; aprova a prestação de contas do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas, no exercício de 2002. Ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e do Tribunal de Contas, no exercício de 2002. Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias. Deputado Duílio Genari, Presidente e Deputado Relator, Plauto Miró Guimarães.

Sr. Presidente, eu gostaria que viessem, pelo menos no parecer da Comissão de Tomada de Contas, as graves revelações documentais, que o Tribunal de Contas traz em relação ao Executivo.

Por isso, peço aos Srs. Deputados, ao declarar o meu voto contrário à aprovação das contas do governo de 2002 - encaminhando a V. Exas. para que façam o mesmo. Digo não, porque o parecer prévio do Tribunal de Contas diz: aprova-se com ressalvas. Portanto, as ressalvas estão todas dentro dos documentos, que o Tribunal de Contas mandou a esta Casa. Encaminho o parecer contrário e gostaria de saber da Comissão de Tomada de Contas qual é o parecer, fora esta folha que está aqui. Qual foi a análise que a comissão fez das contas de 2002 efetivamente, porque temos que passar a discutir essa questão das contas do Governo, do Poder Executivo, com mais rigor.

Eu gostaria de pedir a V. Exa., Sr. Presidente, se pudessemos ter a votação nominal sobre essa questão. E

desde logo me manifesto pela desaprovação, tendo em vista que os conselheiros do Tribunal de Contas inúmeras irregularidades, e o Ministério Público escreveu pela sua rejeição.

O que faço, neste momento, Sr. Presidente, cumprindo exatamente o nosso combinado. Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado!

O SR. TADEU VENERI (PT)

Para Encaminhar, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Há duas considerações que eu gostaria de fazer. A primeira é sobre o tempo que essas contas, não só do governo, em 2002, mas todas as contas demoram em vir até a Assembléia. Obviamente, que quatro anos depois, estarmos fazendo a aprovação ou não das contas do governo, significa muito pouco, diante daquilo que poderia ser uma aprovação ou rejeição dessas contas, feitas já no exercício seguinte. E a segunda é com relação àquele fatídico - para alguns governos - percentual de 12% da saúde. Estas contas, aqui, trouxeram, Sr. Presidente, e eu conversava com o Deputado Plauto, que deixaram de aplicar cerca de 636 milhões de reais na saúde, no ano de 2002. Esse valor vem sendo ano-a-ano, no governo seguinte, de Roberto Requião, descumprindo os 12% da saúde. Fato esse que leva muitas vezes o nosso Estado a não conseguir receber repasses do Governo Federal, por não cumprir aquilo que determina a Emenda Constitucional 29.

É óbvio, não pelos motivos que aqui coloca o Deputado Neivo Beraldin, mas eu, particularmente, por tudo aquilo que ouvi - o Deputado Marcos Isfer esteve conosco dias atrás, quando realizamos uma audiência pública sobre saúde - do Ministério Público, do Tribunal de Contas, do Conselho Estadual de Saúde, entendendo que temos que olhar com mais atenção os valores, os percentuais previamente já determinados. Não dá para aprovarmos uma conta que tem 12% para a saúde e não se cumpre esses 12% ou que tem 25% para a educação e não se cumpre os 25%. Este ano mesmo, na análise que fazemos do Orçamento futuro, não se chega a 12%, mesmo com a inclusão de diversos tipos de programas que são de antemão excluídos pela Emenda Constitucional nº 29.

Então, são considerações, Sr. Presidente, que quero fazer, porque acho que a Assembléia Legislativa tem a obrigação - obviamente que os Srs. Deputados, dentro da sua autonomia, de fazer uma leitura se queremos de fato que os Estados, que os Governos cumpram aquilo que pré-determina tanto a Emenda Constitucional nº 29, os 12% para a saúde, como também os 25% para a educação ou se vamos, ano-a-ano, homologar com ressalvas as contas que são aqui apresentadas e muitas vezes aprovadas e depois se esquece aquilo que veio para cá.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o parecer da Comissão de Tomada de Contas, presidida pelo nobre Deputado Duílio Genari, foi justamente em cima do parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que é um órgão auxiliar desta Casa de Leis. O parecer do Tribunal foi a favor da aprovação, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

Quero ler aqui a conclusão do parecer do Tribunal de Contas do Paraná. "Conclusão: procedida a análise técnico-contábil na prestação de contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná referente ao exercício financeiro de 2002, bem como os aspectos legais e de gestão, pode-se avaliar a administração dos responsáveis pela entidade. Nossos exames foram procedidos de acordo com a legislação vigente e demais dispositivos que norteiam a administração pública. Em nossa opinião, até onde nossos exames puderam alcançar, as contas do órgão encontram-se regulares sob os aspectos técnico-contábeis, assim considerada a execução orçamentária financeira e patrimonial. Quanto aos aspectos de gestão, comparando-se os resultados apurados nessa análise com os programas estabelecidos para o exercício, tendo em vista os pontos elencados no Título 5, Execução Orçamentária, Financeira e Patrimonial, Item 1 e 2 e Título 6, pode-se concluir que o órgão atingiu os seus objetivos." Essa é a instrução.

O nosso parecer da Comissão de Tomada de Contas da Assembléia foi em cima do parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que é o nosso órgão auxiliar. Isso para esclarecer e fazer parte dos Anais desta Casa, a posição tomada pela Comissão de Tomada de Contas, que foi em cima do Parecer da aprovação das contas do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Para Encaminhar, Sr. Presidente.

(Assentimento)

Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas:

Estamos aqui analisando para votar a Resolução desta Casa de nº 006/05 - que acho que deve ser de 2006, mas está aqui 2005 - que tem por objetivo aprovar as contas do exercício de 2002 da administração estadual. O Deputado Neivo Beraldin, no uso desta tribuna, disse que é dos momentos mais importantes do Parlamentar, a obrigação de quem recebeu nas urnas o direito de representar parcela da sociedade, avaliar as contas do gestor, porque é através da avaliação que vamos aperfeiçoar o processo democrático da aplicação dos recursos públicos. Porque se não houver uma boa e efetiva avaliação por parte do Plenário, por parte dos representantes da população das gestões, sejam elas quais forem, não teremos condições de estar melhorando e avançando no processo democrático da boa aplicação dos recursos públicos. Por isso, este momento é de suma importância para a vida democrática.

Vamos avaliar. Agora, como é que estamos avaliando, Deputado Plauto? Nós estamos avaliando, a grande maioria, o texto e sob o respeito de seis, sete, oito Parlamentares, o texto de duas linhas, dois artigos: ficam aprovadas as contas do Governo do Estado do Paraná e Tribunal de Contas, exercício financeiro de 2002. Essa resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário. Precisa fazer uma correção que a Lei Complementar 95/98 não admite mais o adjetivo “revogadas as disposições em contrário”. E nós, sem discussão, sem analisar, sem avaliar, aprovamos, como temos feito, Deputado Rossoni, de outros exercícios também.

Não estou aqui querendo crucificar ninguém. Quando nós aprovamos oito contas aqui, do primeiro ano, oito contas, oito exercícios, mais de cem bilhões de reais atualizados, nós aprovamos sem muita consideração, sem muita discussão, sem avaliação, até para que nós, através deste Parlamento, pudéssemos dar a nossa contribuição para a melhoria da aplicação dos recursos públicos. A minha visão é essa, não é a de vir, já fui executivo e é difícil ser executivo, é complicado. Aqui tem vários Prefeitos, uns já foram Secretários, e é complicado ser executivo, só que nós precisamos aperfeiçoar o processo democrático, é o que a sociedade cobra, é o que ela espera de nós.

Agora, Deputado Plauto, na leitura breve do parecer, e me chamou a atenção, porque o Tribunal disse, Deputado Nelson Justus: “Na nossa opinião”. Ora, quem tem que ter opinião, aqui, somos nós que somos agentes políticos. O Tribunal tem comportamento técnico; o Tribunal decide tecnicamente sobre a análise técnica e a avaliação técnica que ele fez, colocar em um parecer “na nossa opinião”. Ora, eu não quero saber a opinião do Tribunal, não me diz respeito. Eu preciso é conhecer a análise do Tribunal; eu preciso saber o que o Tribunal analisou, as contas, cotejando com a legislação vigente, e o que ele encontrou; se podem ser aprovados os índices de aplicação de recursos na educação, se foram avaliados recursos de aplicação da saúde, enfim, se os recursos foram efetivamente demonstrados e onde foram empregados.

Eu não posso, de público e usando desta tribuna, aprovar uma resolução dessas, aprovando as contas do exercício de 2002. Ppor quê? Porque fui Presidente de uma CPI que avaliou justamente o Museu que antes era o Museu do Olho, depois que recebeu outro nome. E dessa Comissão fez parte este Deputado que usa da tribuna, o Deputado Artagão de Mattos Leão, foi o relator; o Deputado Elio Rusch; o Deputado Jocelito; o Deputado Padre Paulo, a Deputada Cida Borghetti e o Deputado Litro. E ali nós observamos, tivemos a oportunidade de analisar, Deputado Artagão, como foram aplicados 42 milhões de reais no Museu, no Canal da Música, no Palácio das Artes, se não me falha a memória.

Então, como eu poderia, nesta tarde, aprovar as contas com essa significância. É por isso que eu não

tenho condições de aprovar essa resolução que, por decorrência, aprova o exercício de 2002. Nós sabemos as dificuldades que foram, de toda sorte! Foi um governo que não teve nenhum critério, nenhum respeito pela prestação de contas!

Eu ainda me recordava, estes dias, quando fui conversar com o Secretário Gionédís, na Casa Civil, a respeito dos contratos dos incentivos fiscais. Eu já disse isso dessa tribuna, numa oportunidade, ele virou e disse: “Deputado, está ali o cofre, tem só uma via, está em inglês e nem o Governador tem, não vai ser o senhor que vai ter e nem a Assembléia”. Quer dizer, foi com esse espírito que foi administrado o Estado do Paraná e é por esta razão que eu não posso dar o meu voto. E aqueles, na minha visão, e aqui faço opinião política sim, não a do Tribunal, na minha opinião não tem como ser aprovado um parecer nessas condições e sem uma maior análise desta Casa. Até para as recomendações porque, no mínimo, precisávamos elaborar, estabelecer as recomendações para o projeto.

Com o aparte o Deputado Plauto.

O Sr. Plauto Miró Guimarães (PFL)

O senhor está encaminhando. O encaminhamento não tem direito a aparte mas eu pediria aqui uma Questão de Ordem ao Sr. Presidente para que retire da Ordem do Dia esse projeto de lei. Nós temos o parecer do Tribunal de Contas do Estado do Paraná que é o órgão para nos auxiliar com relação às prestações de contas dos municípios, do Estado e dos demais órgãos do nosso Estado. A prestação de Contas do Tribunal está aí, encaminhar a todos aqueles que tiverem dúvidas para que eles possam ler e encaminhar também a do Governador Roberto Requião que eu acho que vai ser voltada amanhã ou depois, também para que todos possam fazer a sua análise e que retorne até o último dia da Sessão Legislativa para que possamos votar.

Sugiro que se retire por duas ou três Sessões, o suficiente para que todos recebam o projeto não é meu, Sr. Presidente, o projeto é da Casa.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sim, eu sei, então o senhor transforme o seu requerimento verbal em escrito.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Pela ordem!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Após a conclusão do nobre Deputado José Maria Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Concluindo, Sr. Presidente, este é o momento que nós, o Parlamento, se reafirma, não de forma truculenta mas de forma a estabelecer o primado da lei, da observação dos princípios que devem reger a administração

pública: da transparência, da competência, da boa gestão do recurso público.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sr. Augustinho Zucchi e depois Jocelito Canto.

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (PDT)

Sr. Presidente, eu só levanto esta Questão de Ordem porque aqui, muitas vezes, nós votamos de um ano para outro as coisas e acabamos esquecendo. Gostaria que V. Exa. me ajudasse a lembrar: não houve um momento aqui em que nós votamos, no mesmo dia, a prestação de contas do Governador Requião e a prestação de contas do ex-Governador Jaime Lerner e foram aprovadas por unanimidade?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Não, não foi por unanimidade, mas foram aprovadas as duas contas.

Deputado Jocelito Canto, V. Exa. vai encaminhar mas antes eu gostaria de colocar em votação o Requerimento nº 2580 de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, com apoio do Sr. Deputado Valdir Rossoni, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.** Fica portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões do Projeto de Resolução nº 006/05.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL)

Sr. Presidente, só por questão de esclarecimento, quem sabe, vamos discutir depois, vou encaminhar a essa Mesa a convocação de um técnico do Tribunal de Contas que possa nos trazer e nos esclarecer certas situações com relação ao Parecer deles. Parece que tem alguma dúvida no ar de representantes dessa Casa com relação ao Parecer do órgão que tem obrigação de nos auxiliar tecnicamente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito, para encaminhar, apesar de que já foi retirado da pauta, não pode encaminhar, V. Exa. pode até discutir o projeto, não tem problema nenhum mas encaminhar não pode porque ele não será votado mais hoje.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB)

Então, Pela Ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Deputado Jocelito, Pela Ordem, depois Deputado Neivo.

O SR. JOCELITO CANTO (PTB) (**Pela Ordem**)

Quero me ater a essa pérola que está na minha mão hoje, que é a votação do Orçamento, das Contas do Governo Jaime Lerner, de 2002.

Gostaria de encaminhar por uns quinze minutos. Eu vejo aqui, diariamente, o Deputado Plauto Miró, naquela tribuna, criticar diariamente o atual Governo. Vejo diariamente, o relator desse projeto, que dá Parecer Favorável à aprovação das Contas de 2002, acusar o atual Governo. Tenho visto isso todo dia, mas agora me surpreendi, porque ao tomar conhecimento que o relator do projeto aqui na Casa, deu Parecer Favorável ao Governo Lerner, em 2002 por não ter cumprido não só à educação, mas à saúde. O Governo Lerner não cumpriu o que determina a Lei da Saúde. Estou estarecido, porque o relator, o Deputado Plauto Miró, que reclama, dá Parecer Favorável a algo que em 2002 não cumpriu com a Saúde. Prova tudo aquilo que eu venho falando, que a Saúde, não é de hoje que vem capengando. Mesmo que o Tribunal seja apenas um auxiliar desta Casa, mas quando as Contas vêm para cá, são designados um Presidente e um Relator. Ele deve emitir o seu posicionamento sobre isso. Me surpreendi agora. O Deputado Plauto tem atacado e cobrado, ali daquela tribuna, o Governo atual por não cumprir com a Saúde.

Então eu quero discutir isso amanhã. Vamos conversar, vamos discutir com o senhor também. Nesta semana, o Tribunal de Contas rejeitou as minhas contas de Prefeito de 1998, porque faltou um pouquinho, da Educação. Mandou para a Câmara de Ponta Grossa, reprovando as minhas contas de 2008, mesmo glosando algumas coisas que eu nunca vi. Também quero falar aqui sobre esses “dois pesos e duas medidas” do Tribunal de Contas do Paraná. Querem que aprovemos as Contas do Lerner que não cumpriu, em nenhum ano, o da Educação. Está aqui no relatório do Deputado Neivo Beraldin que é um “expert” em Tribunal de Contas. Os documentos provam isso. Os prefeitos, quando não cumprem, o Ministério Público executa e o Tribunal condena. O Estado, protege e agora só quero saber qual é o discurso que vai ser. O Deputado Plauto disse que o Estado não tem cumprido os 12% de agora e acabou de dar um Parecer Favorável a algo que não foi cumprido aqui. Eu não entendi.

Concluindo, espero poder discutir essa questão da Educação. Quero saber sobre esse Tribunal de Contas do Paraná. Que Tribunal é esse? É o Tribunal de quem? Do povo, da Justiça ou de quem?

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (PFL) (**Pela Ordem**)

Comunicar à Mesa que eu estou encaminhando um requerimento para nós convocarmos o Presidente do Tribunal de Contas, para explicar tudo isso que aqui ficou no ar.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O item 24 tem um requerimento do Natálio Stica solicitando a retirada da Ordem do Dia, de hoje, por três Sessões.

O SR. NEIVO BERALDIN (PDT) (**Pela Ordem**)

Um esclarecimento da Casa, ainda no item 20, o Deputado Relator, o Deputado Plauto Miró pede que o

Tribunal de Contas venha a esta Casa para explicar. Ele não precisa vir, ele já explicou, está nos autos. É só extrair da sua manifestação, eles deram parecer prévio. No entanto constataram as irregularidades que estão no documento enviado a esta Casa. Só não foi interpretado pela Comissão de Tomadas de Contas, porque certamente não quis se aprofundar e, cabe agora ao Plenário se aprofundar ou retirar da Ordem do Dia. Cada um pode retirar uma cópia que estou fornecendo da nossa equipe técnica e cada um faz a sua análise e vota favorável ou contra a aprovação ou não.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Há um Requerimento nº 2564, de autoria do Sr. Deputado Natálio Stica, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões da Proposição nº 072/06. **Aprovado.**

Votaremos o requerimento do Deputado Dobrandino, que requer votação em bloco de todos os vetos que estão na pauta.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (Pela Ordem)

Sr. Presidente, eu acho que votar em bloco cria uma dificuldade. Eu, particularmente, há alguns vetos que eu vou votar SIM, outros vetos que eu vou votar NÃO. Como é que fica?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vai ser votado individualmente.

Requerimento nº 2565, de autoria do Sr. Deputado Dobrandino da Silva, constante do expediente, solicitando a votação em bloco dos itens 21 ao 25 da Ordem do Dia. **Prejudicado.**

Discussão Única (Proposições)

ITEM 21

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/05, veto aposto ao Projeto de Lei nº 174/05, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a gratuidade aos alunos usuários de estabelecimentos disponibilizados pelas universidades, faculdades e centros universitários instalados no Estado do Paraná (Anexado ao Projeto de Lei nº 234/05). **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OF/CTL/CC Nº 140/05

Curitiba, 17 de agosto de 2005.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 164/05, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Esta-

dual, vetei o Projeto de Lei nº 174/05, por julgá-lo inconstitucional, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo dispensar usuários, de pagamento de taxas aos usuários de estacionamentos em universidades, faculdades, hospitais e órgãos públicos do Estado do Paraná.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre da inconstitucionalidade apontada pela Procuradoria Geral do Estado, em cujo pronunciamento asseverou:

1. O Chefe da Casa Civil solicita pronunciamento desta Procuradoria Geral sobre o Projeto de Lei nº 174/05, que assegura aos usuários a dispensa de pagamento de taxas referentes ao uso de estacionamento cobrado pelas universidades, faculdades, hospitais e órgãos públicos do Estado do Paraná.

2. A justificativa do projeto baseia-se somente no fato de que seria um estímulo à frequência aos meios acadêmicos, possibilitando o melhor e mais qualificado acesso à educação e terceiro grau.

3. Apesar do mérito da iniciativa, e dos bons objetivos que se pretende, o projeto de lei apresenta inconstitucionalidade formal e material no que concerne aos estabelecimentos privados, pois o uso do estacionamento, e a cobrança ou não por tal uso, é assunto de natureza civil - contratual, e a competência para legislar sobre Direito Civil é da União (artigo 22, I da CF).

4. Afora isto, seria materialmente inconstitucional nestes casos, pois conforme decidido na ADIn nº 1623-7, vedar a cobrança seria violar o princípio da livre iniciativa e da livre concorrência (artigo 170 CF), bem como afronta ao exercício normal do direito de propriedade (artigo 5º, XXII CF).

5. Quanto à cobrança ou não de taxa pelo estacionamento em órgãos públicos, a lei poderá dispor haja vista que a destinação dos serviços públicos é para o cidadão, o qual deverá ter acesso facilitado aos prédios públicos.

6. Desta forma, não encontrando fundamento constitucional para prosperar, opina-se pelo veto do presente projeto de lei.

Por oportuno, vale destacar e adiante transcrever, o conteúdo da manifestação do Titular da Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, expendida sobre os reflexos do assunto na área daquela Pasta:

As 17 (dezessete) Instituições Estaduais de Ensino Superior (05 Universidades e 12 Faculdades) não cobram nenhuma taxa pelo uso de estacionamento, sendo que, em algumas das Faculdades Estaduais o estacionamento disponível é de uso exclusivo dos professores e funcionários da Instituição.

Quanto às Instituições de Ensino Superior Privadas/Filantrópicas, em decorrência da Constituição Estadual e da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB), a competência do assunto está afeta diretamente ao Ministério da Educação - MEC.

Ainda que louvável a iniciativa do projeto de lei, o mesmo não tem nenhum efeito no âmbito das Universidades e Faculdades Estaduais, tendo em vista que não existe nestas instituições a prática de cobrança pelo uso de estacionamento.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 174/05, encontra-se publicado no DA nº 064/05, de 21.06.05, em Redação Final).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 078/06

P A R E C E R :

Preâmbulo

O Projeto de Lei nº 174/05, vetado pelo Governador do Estado, tem por objetivo tornar gratuito os estacionamentos disponibilizados pelas universidades e gêneros.

Fundamentação

Vejam os o prazo de resposta do Poder Executivo para projetos vetados, enunciado na Constituição Estadual:

Art. 71. Concluída a votação, a Assembléia Legislativa enviará o projeto de lei ao Governador do Estado, que, aquiescendo, o sancionará.

§ 1º Se o Governador julgar o projeto em todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, dentro de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente da Assembléia Legislativa os motivos do veto.(...)

Verificado o presente projeto de lei, em 07 de julho de 2005 foi destinado à sanção, porém este protocolo foi cancelado, sendo novamente protocolado em 04 de agosto de 2005, conforme nos mostra planilha do Departamento de Protocolo Geral da Assembléia, em anexo. No entanto, o prazo é contado deste novo protocolo até a data do despacho, ocorrido em 17 de agosto de 2005, totalizando nove dias. Sendo assim, a Comissão de Constituição e Justiça, através de seu relator, verificou que o veto foi apostado dentro do prazo legal.

Em razão do exposto, somos favoráveis ao encaminhamento do presente veto ao Plenário.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

ADEMAR TRAIANO - Relator

Solicito ao 1º Secretário a leitura das razões do veto.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)
(Procede à leitura)

O SR. NEREU MOURA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, este projeto de lei tem como escopo principal permitir que os alunos das faculdades possam estacionar seus veículos nas faculdades, hospitais públicos sem o pagamento da tarifa.

É um projeto de cunho social, porque hoje no Paraná têm poucas faculdades que cobram a bem da verdade, a taxa de estacionamento, mas elas já embutem na mensalidade dos alunos a cobrança da tarifa do estacionamento e, cobram mais uma vez do próprio estudante. Dessa forma o nosso objetivo foi de fazer uma lei atendendo o pedido da UNE, no sentido de isentar o pagamento dos estacionamentos das universidades, dos hospitais públicos e de outros espaços públicos do Paraná. Na época eu conversei com o Governador Roberto Requião, ele achou a idéia boa, e me surpreendeu o veto a este projeto.

Portanto, quero pedir aos Srs. Deputados para que nos ajudem a derrubar o veto, porque é um projeto de lei interessante, beneficia extremamente uma parcela ponderável da população do Paraná e é importante que se transforme numa lei, aqui no Estado, na mesma linha, no mesmo raciocínio do projeto de lei do Deputado Augustinho Zucchi, do Deputado Antônio Anibelli, que visa isentar o pagamento de estacionamento nos shoppings centers do Paraná. Aliás, poderia ser feito um único projeto, quem sabe, o mesmo objetivo.

Por isto, solicito aos Deputados que nos ajudem a derrubar este veto.

O SR. DOBRANDINDO DA SILVA (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, com todo respeito ao Deputado Nereu Moura, não é só um veto. São vários. E eu, como Líder do Governo, como não fui consultado, não me autorizou, para não ter dois pesos e duas medidas, já pedi em bloco e eu encaminho aos Srs. Deputados a votação na manutenção do veto. Eu não posso encaminhar a votação de duas formas. E como o Governo vetou, como Líder do Governo, peço a manutenção do veto do Sr. Governador.

O SR. ANTONIO ANIBELLI (PMDB) **(Para Encaminhar)**

Sr. Presidente, aproveitando as palavras do Deputado Nereu Moura, queria fazer um apelo ao Deputado Dobrandino e aos demais companheiros Deputados, no sentido do seguinte: o Deputado Zucchi e eu temos um projeto aprovado e sancionado pelo Governador do Estado, que isenta do pagamento de taxas os automóveis, nos shoppings deste Estado.

O Tribunal de Justiça, através de um Desembargador, com o pedido das associações, os shoppings centers, eu pediria aos nossos Deputados que nós tivéssemos uma posição, porque o Tribunal de Justiça, ao conceder a liminar, o Desembargador desautorizou esta Casa e faz 365 dias que nós não temos o prazer de ver julgada esta limi-

nar. Cobram dos Deputados a frequência. Somos escrachados nos jornais pelas nossas posições. Mas, os eminentes Desembargadores do Tribunal de Contas, todo mundo que não precisa de voto do povo paranaense, que não tem suas contas apontadas e registrados seus bens, de sua família, quando se candidatam a ser desembargadores ou ao Tribunal de Contas.

Eu acho que está na hora de esta Casa ter personalidade. Eu falava ao Presidente da Assembléia e ao Deputado Zucchi, para pedir ao Presidente que não coloque em votação o Funrejus enquanto nós não tivermos uma satisfação do Tribunal de Justiça, que não nos respeita. Não nos respeitam, porque concedem uma liminar de foro íntimo ou particular por interesses não sei quais e ficam lá um ano, sentados, engavetando projeto de Deputado que atende à coletividade do Paraná, à sociedade séria do Paraná.

E agora nós vemos, aqui, Deputado Dobrandino, o Governador após um veto a este projeto do Deputado Nereu, que também segue o mesmo caminho do nosso: atinge aos estudantes. O Governador sancionou o nosso projeto, meu e do Deputado Zucchi. Ao vetá-lo, nós poderíamos ser coerentes e derrubar o veto do Governador, porque os donos das faculdades iriam interpor, e garanto que o mesmo Desembargador - que não sei quem é - iria conceder uma liminar para continuar esta vergonha de cobrar estacionamento nas faculdades e nos shoppings.

Eu acho que nós daríamos uma satisfação aos nossos eleitores, àqueles que acreditam em nós e daríamos, talvez, um recado ao Tribunal de Justiça: que respeite esta Casa. Ao se conceder uma liminar a um direito usurpado poderiam imediatamente, dali um mês, dois meses, seis meses, julgar o mérito, e não nos deixar aí, porque tudo o que nós fazemos, nós votamos nesta Casa a proibição de caminhões atravessarem o ferry-boat, passar por dentro de Matinhos e Guaratuba e destruir as nossas cidades. A Assembléia aprovou e o Governador sancionou. Um eminente Desembargador, também da mesma forma, concedeu uma liminar, não é um pedágio, mas é um meio pedágio também, para que esse direito não fosse dado à nossa sociedade.

Eu acho que não existe respeito ao Poder Legislativo. E nós, se nos calarmos agora porque a votação é aberta, vamos votar, vamos derrubar o veto do Governador, não é porque é o Deputado Nereu, Deputado Anibelli, Deputado Zucchi, está ferindo um direito da nossa população, vamos mostrar à sociedade que somos autênticos, derrubar um veto que é igual ao que o Governador sancionou. Eu acho que assim nós teríamos a respeitabilidade dos nossos Pares, dos eminentes Desembargadores, e talvez da imprensa, que quando pega um Deputado é para tentar execrá-lo, ou procurar fazer com que esse Deputado ao se candidatar, ao registrar a sua declaração de bens, publique para qualquer cidadão do mundo, ponha na internet para saber quanto eu tenho, quanto eu ganho e quanto ganha um Desembargador, quanto ganha

um Ministro, e são 120 Desembargadores, nós somos apenas 54 Deputados.

Eu acho que está na hora de nós tirarmos a máscara e mostrarmos o que nós fazemos, porque não é assim que nós vamos melhorar o Poder Legislativo e o Estado do Paraná.

A SRA. ELZA CORREIA (PMDB) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, eu queria deixar consignado o seguinte: eu tenho apenas mais um mês como Parlamentar desta Casa, e gostaria de manter minha coerência, minha posição, a posição que eu mantive aqui nesses quatro anos e já vi aqui, e muitas vezes interferi nos vetos do Governador, a Bancada ficando à vontade para votar como a sua consciência mandasse quando era voto secreto, ou então encaminhamentos, algumas vezes do Líder do Partido, outras do Líder do Governo, outras vezes encaminhamento de outro Deputado, autor, para derrubar o veto, ou a manutenção do veto.

Então, nesse momento, acho que faltando um mês apenas para terminar o meu mandato, eu não haveria de mudar porque também está mudando a orientação. Então, nesse caso específico eu votei SIM ao projeto, e seria uma incoerência brutal e uma assinatura de que não tive competência necessária juridicamente para ver a legalidade ou não quando discutia o projeto votando agora favorável, pela manutenção do veto.

Portanto, reafirmando essa posição, desculpe, não é indisciplina companheiro Dobrandino, tenho um carinho enorme por V. Exa., e respeito, mas nesse caso vou manter a minha posição, porque não dá para mudar a regra no final do jogo.

O SR. NATÁLIO STICA (PT) (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, analisando o Projeto 174, não tirando a boa vontade do Deputado proponente, Nereu Moura, mas esse projeto está equivocado sim, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados. Diz aqui no seu artigo 1º e 2º.

Art. 1º Ficam os usuários dispensados de pagamento de taxas referentes ao uso de estacionamento cobrado pelas Universidades, Faculdades, Hospitais e órgãos públicos do Estado do Paraná.

Art. 2º, e este é o maior problema do projeto: “Em sendo tercerizado o estacionamento a responsabilidade pelo custo de tal serviço será da universidade, centros universitários, faculdades, hospitais, ou órgãos públicos contratantes.

O que quer dizer isso? Que a Universidade Pública que não cobra a mensalidade dos seus alunos, ela tendo um estacionamento, e este sendo administrado por uma terceirizada vai ter um custo, este custo vai ser embutido no orçamento da Universidade, do campus, do que for. Quem vai pagar? O orçamento da universidade pública. Portanto, na verba que deveria ser usada para ajudar no ensino vai ser tirada uma fatia para pagar estacionamento.

O estacionamento não é de uso de 100% dos alunos. Aqueles alunos de baixa renda, que não tem um veículo, que não usam o estacionamento, vão ser penalizados por aqueles que têm a sua condução e que usam o estacionamento e não pagam.

Em se tratando de universidade pública que não se paga mensalidade, o aluno que for fazer uso de estacionamento e este for terceirizado, o custo tem que ser rateado nos usuários. É coerente e é o mais democrático em se pagar àquele que faz uso do estacionamento, não onerando o órgão público e não tirando da verba orçamentária que deve ser usada sim para melhorar ainda mais a educação.

Por isso, o veto do Governador faz sentido e é plenamente justificável e eu voto pela manutenção do veto neste projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Srs. Deputados que forem favoráveis à manutenção do veto votam SIM; os contrários ao veto, NÃO.

Solicito ao 1º Secretário Carlos Simões para que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Trinta e seis NÃO.

Três SIM.

Está mantido o projeto, rejeitado o veto.

Deputado Ângelo Vanhoni para confirmação do voto.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT)

Sr. Presidente, pedi a palavra porque estamos iniciando um novo período na Assembleia Legislativa, uma proposta de alteração do regimento votada por unanimidade, do Deputado Nelson Justus. Determina que o voto na Assembleia Legislativa seja um voto aberto.

Queria dizer da satisfação e ao mesmo tempo trazer uma reflexão: o Poder Legislativo, historicamente no Brasil, no resto das democracias ocidentais têm uma relação não autônoma e não independente com raras exceções ao Poder Executivo. Com exceções dos regimes parlamentaristas aonde que o Parlamento é que decide a execução orçamentária de um País. Como na França, na Holanda, enfim, na maioria dos países da Europa.

No Brasil, vejo este veto, Deputado Nelson Justus, que teve unanimidade para ser derrubado do Executivo, só assim acontece porque não há interesse profundo do Poder Executivo na manutenção do veto.

O constrangimento que o Poder Executivo pode exercer na atuação política de um detentor de mandato popular representante de regiões, representantes de setores da sociedade e do ponto de vista genérico popular, é muito grande. E nós sabemos disso. Sou favorável, já

disse isso, de que para improbidade administrativa, cassação de mandato, questões que ferem a ética, a dignidade do Parlamento, que o voto fosse aberto para que a sociedade pudesse acompanhar e disciplinar a atuação dos Parlamentares.

Mas, preocupa-me muito, os senhores vão ter uma eleição de Mesa da Assembleia. Preocupa-me muito o poder do Poder Executivo no exercício de pressão, a consciência dos Deputados que vão eleger o futuro Presidente da Assembleia Legislativa, que é um Poder e que deve resguardar a independência e a autonomia em relação ao Poder Executivo. Porque aquele Deputado que não acompanhar, mesmo da base do governo, o interesse do Poder Executivo na Assembleia Legislativa, poderá sofrer retaliações e poderá ser perseguido do ponto de vista da sua atuação parlamentar, mesmo sendo da base de apoio ao governo, durante os quatro anos do seu mandato.

Sabemos disso, porque já tenho três mandatos, dois foram de Oposição e um foi de apoio ao Governo do PMDB, do Roberto Requião, aqui na Assembleia Legislativa.

Então, esta é uma preocupação que tenho em relação a este voto. O exercício e a liberdade de consciência do mandato popular auferido pelos eleitores de maneira livre, secreta, na urna, acho que de alguma forma deveria estar consignado na Constituição e no nosso regimento.

Não está. Abrimos, ficou amplo. Espero que a experiência seja a mais benéfica para a população e para o exercício do mandato aqui na Assembleia Legislativa.

Quero registrar a presença da cineasta Berenice Mendes, do Otacílio, cineasta de Cascavel e do Elói que é cineasta premiado de curtas metragens - como o Otacílio e a Berenice - aqui, na nossa Assembleia, hoje.

Um comunicado à Assembleia, ao Presidente da Mesa, que em várias oportunidades tem demonstrado o seu apreço e interesse em relação à cultura do nosso Estado e ao Presidente da Comissão de Orçamento e ao seu Relator, Deputado Marcos Isfer. Faz muito tempo, há três anos que estamos lutando. Tem quatro filmes, longas-metragens, financiados pelo dinheiro dos contribuintes e pela iniciativa privada. São oito filmes finalizados, filmados e não tem o recurso, agora, para a finalização. O que é a finalização? É pegar o rolo de filme filmado, todas as cenas que foram filmadas, umas cenas servem, outras não, essas cenas estão boas, aquelas não, colocar isso na máquina e perder uma semana, dez dias, um mês, dois meses, fazer a montagem do filme. Feita a montagem do filme, esse é colocado em uma caixa e é exibido nos cinemas do Estado do Paraná, na televisão e pode participar de concursos, festivais e premiações no resto do Brasil.

Nós, no Paraná temos oito filmes acabados. Falta um pouco de recurso para a finalização dessas peças. É produção da cultura do Paraná. Enquanto nós, paranaenses, não apostarmos no nosso talento, acharmos que o talento só pode vir via Rede Globo, do eixo Rio/São Paulo, de Minas ou do Nordeste, enquanto acreditarmos

que não temos talento, vamos ficar dependendo da cultura e do consumo da cultura dos outros Estados e sobretudo de outros países do nosso mundo.

Por isso, faço um apelo aos Srs. Deputados e ao Relator da Comissão de Orçamento e ao Presidente da Assembléia Legislativa, um pouco de recurso na ordem de 500 a 600 mil seria suficiente para mais de 80% desses filmes terminarem a sua obra, que dura anos, para poder apresentar essa obra para a população. Não há nada mais que frustre o artista do que produzir uma obra e não poder submetê-la ao critério do gosto do conjunto da população, seja de qualquer cidade, estado ou país.

É um apelo em nome da cultura e da arte. Se o orçamento aprovar, eu gostaria que o Líder do Governo, Deputado Dobrandino e o Deputado Hermas Brandão, Presidente da Assembléia, fizessem um apelo ao Governador para que mantivesse essa emenda, esse recurso e liberasse através da Secretaria da Cultura e sua supervisão, para a aplicação dos recursos e que esse dinheiro fosse liberado ao cinema no Estado do Paraná. O Paraná precisa de apoio da Assembléia. A cultura e a arte precisam do apoio e da nossa militância, senão não mudamos os valores, o homem e a mulher na sociedade paranaense.

Muito obrigado.

O SR. MARCOS ISFER (PPS)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Para comunicar ao Deputado Ângelo e a toda a Casa que a Comissão de Orçamento acatou uma emenda, de incentivo ao teatro e também estará acabando essa de incentivo ao cinema. Nós, no ano passado, acatamos também no orçamento, mas mais do que tudo isso há a necessidade, sim, de que haja a regulamentação do decreto que vai ordenar como esses recursos serão gastos para o ano que vem. É importante, sim, que haja uma ação por parte da Assembléia, de todos os Deputados desta Casa, para que esta regulamentação venha a ocorrer o mais breve possível.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (PMDB)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Solicito a V. Exa. que faça constar nos Anais da Casa a presença na nossa tribuna de honra do Vereador Luiz Guizilini, Presidente eleito da Câmara Municipal de Cambé, juntamente com Elizeu Vidotti, Secretário daquela Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Fica registrado nos Anais a visita dos ilustre visitantes.

O SR. PADRE PAULO CAMPOS (PT)

Pela Ordem, Sr. Presidente?

(Assentimento)

Também quero registrar, aqui, nos Anais da Casa, a presença na tribuna de honra do nosso Vereador Cunha, Presidente da Câmara de Vereadores de Sarandi.

Dizer ao Deputado Vanhoni e a todos os colegas, com todo o respeito e carinho pelo nosso colega, Deputado Nelson Justus, que o projeto de voto aberto não é apenas do Deputado Nelson Justus - como o próprio Nelson já explicou aqui - é um projeto do minha autoria, a Proposição nº 026 e a Proposição nº 029 do Deputado Nelson Justus. Então, esse projeto é do Deputado Padre Paulo e do Deputado Nelson Justus. E agradeço a todos os Deputados que votaram por unanimidade pelo voto aberto, voto da transparência. Agradeço à Presidência desta Casa, então Presidente nosso companheiro Pedro Ivo, que promulgou esta lei de voto aberto. Sinto-me muito confortável por ter deixado, terminando o meu mandato nesses quatro anos, esse legado para o povo do Paraná: o voto da transparência, o voto aberto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Herma Brandão**)

Chamada dos Srs. Deputados para votar o veto apostado ao Projeto de Lei nº 253/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, Proposição nº 064/06.

ITEM 22

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 064/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 253/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dá nova redação a artigos da Lei Estadual nº 14.424/04, que dispõe sobre a exigibilidade da carteira de identidade para realização de matrícula na rede estadual de ensino. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 170/06

Curitiba, 22 de junho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 154/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 253/05, tendo em vista que, pela forma genérica como está posto, onerando e criando dificuldades aos pais ou responsáveis no momento das matrículas escolares, foi considerado contrário aos superiores interesses públicos.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 253/05, encontra-se publicado no DA nº 037/05, de 04/05/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 064/06

P A R E C E R :

Histórico

A Proposição nº 064/06, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 253/05, de autoria do Deputado Waldir Leite, que dispõe sobre a exibibilidade da carteira de identidade para a realização de matrícula na rede estadual de ensino.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que pela forma genérica como está posto, onerando e criando dificuldades aos pais ou responsáveis no momento das matrículas escolares, foi considerado contrário aos superiores interesses públicos.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Os Deputados que são favoráveis ao veto, votam SIM. Os Deputados contrários ao veto, votam NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Vinte e um votos SIM e treze NÃO.

Está mantido o veto e, automaticamente, rejeitado o projeto.

ITEM 23

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 065/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que doa ao município de Maringá, imóvel para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 173/06

Curitiba, 04 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 157/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 157/06, por julgá-lo contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 157/06, encontra-se publicado no DA nº 024/06, de 03/04/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO-VETO Nº 065/06

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 157/06, de autoria da Deputada Cida Borghetti, que doa imóvel ao município de Maringá, para o funcionamento de Centro de Capacitação em Artes Plásticas, foi objeto de veto do Sr. Governador Roberto Requião.

Chamada esta relatoria a se manifestar, e por ter sido o veto apostado dentro do prazo legal e regimental, somos de parecer de que o mesmo encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário desta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Parlamentares.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Carlos Simões**)
(**Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)
Dezoito votos SIM; quinze NÃO.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

ITEM 24

DISCUSSÃO ÚNICA- da Proposição nº 072/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, que autoriza o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, o imóvel que descreve. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 223/06

Curitiba, 25 de julho de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 229/06, dessa Presidência, e de comunicar a V. Exa. que, de acordo com o artigo 87, inciso VII, combinado com o parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 224/06, por julgá-lo

contrário ao interesse público, diante do fato de que o imóvel cuja doação é pretendida poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Esse o motivo que me levou a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 224/06, encontra-se publicado no DA nº 039/06, de 02/05/06, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 072/06

P A R E C E R :

Histórico

A Proposição nº 072/06, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 224/06, de autoria do Deputado Natálio Stica, que visava autorizar o Poder Executivo a doar à Associação de Defesa do Meio Ambiente e do Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, o imóvel que especifica.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que o projeto é contrário ao interesse público, vez que o imóvel poderá ser utilizado pela própria administração estadual.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente à sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Conforme requerimento aprovado, fica adiada a discussão por 03 (três) Sessões.

ITEM 25

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 085/06, veto apostado ao Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que fixa prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica. COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC nº 289/06

Curitiba, 22 de setembro de 2006.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 258/06, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento

de V. Exa. que, usando da atribuição que me confere o artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 746/05, por julgá-lo contrário ao interesse público, tendo em vista que a pretendida permissão para utilização de veículos ambulâncias com até vinte anos de fabricação, significaria risco de acidente de trânsito ou de outra natureza, retardando atendimentos a pessoas doentes ou feridas.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

(a) HERMAS BRANDÃO

Governador do Estado em exercício

(O Projeto de Lei nº 746/05, encontra-se publicado no DA nº 133/05, de 29/11/05, em Projetos de Lei).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 085/06

P A R E C E R :

Histórico

A Proposição nº 085/06, de autoria do Poder Executivo, veta o Projeto de Lei nº 746/05, de autoria do Deputado Barbosa Neto, que fixa prazo de vida útil para ambulâncias, conforme especifica.

O projeto de lei foi vetado sob o argumento de que o projeto é contrário ao interesse público, tendo em vista que a pretendida permissão para utilização de veículos ambulâncias com até vinte anos de fabricação, significaria risco de acidente de trânsito ou de outra natureza, retardando atendimentos a pessoas doentes ou feridas.

Fundamentação

O veto foi apostado no prazo legal (artigo 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), não havendo óbice em sua tramitação.

Conclusão

Pelo exposto, opino favoravelmente a sua regular tramitação por esta Casa de Leis.

Sala das Comissões, em 21.11.06.

(aa) DURVAL AMARAL - Presidente

JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

Solicito ao Sr. 1º Secretário, Deputado Carlos Simões, que proceda à chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Carlos Simões)

(Procede à chamada nominal dos Srs. Deputados)

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Vinte Srs. Deputados responderam SIM; quatorze NÃO.

Está mantido o Veto e rejeitado o projeto.

Discussão Única (Indicações)

ITEM 26

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 022/06, de autoria do Deputado Mauro Moraes, fica o Poder Executivo autorizado a conceder reposição salarial aos professores e funcionários da Secretaria Estadual de Educação do Estado do Paraná na forma que menciona. **(Publ. no DA nº 085/06 de 14/08/06). Retirado, devido a ausência do autor.**

ITEM 27

DISCUSSÃO ÚNICA - da Indicação nº 027/06, de autoria do Deputado Ângelo Vanhoni, que sugere ao Poder Executivo a celebração de convênio com o Conselho Nacional de Política Fazendária - Confaz, objetivando a inclusão do Estado do Paraná no Convênio ICMS nº 55/98, que isenta as operações internas com mercadorias destinadas a pessoas portadoras de deficiência física, auditiva ou visual. **(Publ. no DA nº 116/06 de 23/10/06, em Indicações). Retirado, devido a ausência do autor.**

Em votação.

O SR. ÂNGELO VANHONI (PT) (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, esse processo de indicação é um processo simples, a Secretaria da Fazenda e o Estado do Paraná procedem insenção fiscal do ICMS para um número enorme de empresas de vários setores da economia paranaense. As empresas que tratam de produtos destinados a facilitar o acesso e a vida dos portadores de necessidade especial do Estado do Paraná é uma indústria diminuta, tratam de algumas próteses ortopédicas, cadeiras de rodas, equipamentos muito especiais para poucos veículos que são adaptados, são pequenas empresas com pranchas elevatórias com serviço hidráulico.

Então, a exemplo do que acontece no Rio de Janeiro e São Paulo nós estamos aprovando uma indicação de que a Secretaria da Fazenda do Estado do Paraná proceda convênio em igualdade de condições com o Estado de São Paulo, Rio de Janeiro e demais Estados para que a indústria instalada aqui para este setor também tenha os mesmos benefícios fiscais elencados no presente projeto de indicação. Por isso gostaria que os Srs. Deputados aprovassem. A repercussão disso na receita do Estado do Paraná é de 0,0001, quer dizer, não tem significância, agora o alcance social e a geração de tecnologia de emprego, nessa área do nosso Estado são muito relevantes.

Por isso estamos apresentando este Projeto de Indicação. Peço aos Srs. Deputados que nos apoiem aprovando este Projeto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Em votação a indicação **Aprovada.**

Requerimentos

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2543 e 2544, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2545, de autoria dos Deputados Natálio Stica, Antonio Anibelli, Duílio Genari e demais Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2546, de autoria da Deputada Elza Correia, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2547 a 2552, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2553 a 2555 e 2563, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2562, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2558, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2559 a 2561, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2568 e 2571, de autoria do Deputado Reni Pereira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2572 a 2577, de autoria do Deputado Barbosa Neto, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2578 e 2579, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2581 e 2582, de autoria do Deputado Alexandre Curi, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2583, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2584, de autoria dos Deputados Augustinho Zucchi, Barbosa Neto, Valdir Rossoni e demais Deputados, membros da Bancada de Oposição, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

O SR. BARBOSA NETO (PDT) (Pela Ordem)

Gostaria de fazer uma consulta a V. Exa., Sr. Presidente. Nós, em conjunto com o Deputado Neivo Beraldin e Tadeu Veneri, aprovamos um requerimento, convocando o Secretário do Meio Ambiente para estar presente nesta Casa, a fim de fazer explicações a respeito da instalação da Usina Hidrelétrica de Mauá. Sabe se existe data para isso?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Ainda não tive a resposta do Secretário. Aliás, por sinal, o Secretário está fora do país, junto com o Governador Requião, onde o Governo do Estado está recebendo um prêmio no setor ambiental. No retorno dele, vamos consultá-lo.

Encerramento da Sessão:

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 28, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 142 e 636/05.

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nº 753/05; 229, 276 e 507/06.

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 726/05.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 171/04; 463, 485, 744, 760, 786/05; 138, 156, 246, 309, 391, 393, 511/06 e 547/03.

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 245/06.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições nºs 008, 014 e 020/06.

Levanta-se a Sessão.

Publicações:

Atas de Comissões

CPI Grampos Telefônicos

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO GRAMPOS TELEFÔNICOS

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões da Presidência do Plenário, reuniram-se os membros indicados para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Grampos Telefônicos, com o fim específico de instalar a comissão e eleger Presidente e Vice-Presidente da mesma, presidida na forma regimental pelo Deputado Pedro Ivo Ilkiv, 1º Vice-Presidente da Comissão Executiva. Verificada a existência legal, o Sr. Presidente declarou instalada a comissão e passou, em seguida, para eleição, quando foram eleitos os Srs. Deputados Antonio Anibelli e Natálio Stica para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Assumindo o cargo para o qual foi eleito, o Deputado Antonio Anibelli agradeceu a especial deferência de seus Pares e indicou o Deputado Jocelito Canto para responder pela Relatoria da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Severo Olimpio Sotto Maior, Diretor Legislativo, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e demais membros, para que produza os efeitos legais.

(aa) ANTONIO ANIBELLI - Presidente
Severo Olimpio Sotto Maior - Diretor Legislativo

Redação

COMISSÃO DE REDAÇÃO 15ª LEGISLATURA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - ATA DA 41ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos quatro dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 501/05; 212 e 244/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 42ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos cinco dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final ao Projeto de Lei nº 386/06, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaia Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 43ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos doze dias do mês de setembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 450 e 451/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaia Maruska

Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 44ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dezesseis dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Durval Amaral apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 146 e 461 a 465/06 e o Projeto de Resolução nº 014/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 45ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e um dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Reni Pereira, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 482 e 483/06, que foi aprovada sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 46ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de outubro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Welter, apresen-

tou redação final aos Projetos de Lei nºs 492 e 495/06, e o Deputado Nelson Justus apresentou o Projeto de Lei nº 249/05, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 47ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 239, 442, 476 e 497/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 48ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos treze dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 327, 490 e 494/06 e o Deputado Reni Pereira apresentou os Projetos de Lei nºs 753/05; 353, 392 e 458/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 49ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que a Deputada Cida Borghetti apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 338, 350, 377, 480, 486/06 ; 767/05 e o Projeto de Resolução nº 017/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 50ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Elton Carlos Welter, apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 355 e 568/05; 223, 322, 364, 390, 415 e 460/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

COMISSÃO DE REDAÇÃO
4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
ATA DA 51ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e sete dias do mês de novembro do ano de dois mil e seis, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do Deputado Alexandre Curi. Havendo número legal, o Sr. Presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida à Ordem do Dia, oportunidade em que o Deputado Nelson Justus apresentou redação final aos Projetos de Lei nºs 229, 276 e 507/06, que foram aprovadas sem observações. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar, eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, Secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALEXANDRE CURI - Presidente
Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária

Atos da Diretoria Geral

Portaria DAT

PORTARIA Nº 032/06 - DAT

O Diretor Geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 246 do Regimento Interno, tendo em vista o estabelecido no artigo 17 da Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005,

R E S O L V E :

ajustar o Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, aprovado pela Lei nº 14.977 de 28 de dezembro de 2005 nas rubricas abaixo:

REDUÇÃO DA DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
4590 5100	2000	100	1.000.000,00

ACRÉSCIMO DE DESPESA:

Código	P/A	Fonte	Valor
3190 9400	2000	100	1.000.000,00

Gabinete da Diretoria Geral, 06.11.06.

(a) ABIB MIGUEL
Diretor Geral

Visto: NEREU MOURA - Primeiro Secretário

Programa de Demissão Voluntária

Pedido de Adesão

PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA **PEDIDO DE ADESÃO**

MARIA DE LOURDES DA LUZ, matrícula nº 40292, endereço: Rua Stanislaw Mazepa, 248; bairro: Piraquara - cidade de Piraquara-PR. Remuneração mensal estimada em R\$ 2.905,20; CPF: 234.364.099-87; telefone: 96215538; lotação: Serviço Médico; data de nascimento: 04/01/45.

Solicito ao Sr. Dr. Abib Miguel, mui digno Diretor Geral deste Poder Legislativo, nos termos do Ato da Comissão Executiva nº 515, de 01 de setembro de 2005, que trata do Programa de Demissão Voluntária - PDV, dos servidores deste Poder, em vigor nesta data, a exoneração do cargo efetivo de: Auxiliar de Enfermagem NTC-02.

Curitiba, 27.11.06.

(a) MARIA DE LOURDES DA LUZ